



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**LETÍCIA BRICIO PEREIRA DE ANDRADE**

**ANÁLISE DO “CURSO DE ATENDIMENTO A TENTATIVAS DE SUICÍDIO(CATS)”  
NA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO DOS AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA NO  
CEARÁ**

**FORTALEZA**

**2022**

LETÍCIA BRICIO PEREIRA DE ANDRADE

ANÁLISE DO “CURSO DE ATENDIMENTO A TENTATIVAS DE SUICÍDIO(CATS)” NA  
PREVENÇÃO DO SUICÍDIO DOS AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Julio Alfredo Racchumi Romero.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- A568a Andrade, Leticia Bricio Pereira de.  
Análise do “Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio (CATS)” na prevenção do suicídio dos agentes da segurança pública no Ceará / Leticia Bricio Pereira de Andrade. – 2022.  
83 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Gestão de Políticas Públicas, Fortaleza, 2022.  
Orientação: Prof. Dr. Julio Alfredo Racchumi Romero.
1. Suicidologia. 2. Saúde mental. 3. Políticas públicas. 4. Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio. I. Título.

CDD 320.6

---

LETÍCIA BRICIO PEREIRA DE ANDRADE

ANÁLISE DO “CURSO DE ATENDIMENTO A TENTATIVAS DE SUICÍDIO(CATS)” NA  
PREVENÇÃO DO SUICÍDIO DOS AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ

Monografia apresentada ao Curso de  
Graduação em Gestão de Políticas Públicas da  
Universidade Federal do Ceará, como requisito  
parcial à obtenção do título de bacharel em  
Gestão de Políticas Públicas.

Aprovada em: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Julio Alfredo Racchumi Romero (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Helena Stela Sampaio  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. José Lenho Silva Diógenes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À ciência e academia.

Aos meus amigos me apoiaram até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Julio Alfredo Racchumi Romero, pela excelente orientação e amizade que construímos no decorrer de todo o curso, sendo meu mentor, orientador, coordenador e amigo.

Aos professores participantes da banca examinadora Helena Stela Sampaio e José Lenho Silva Diógenes, pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões e pelo carinho que sempre tiveram comigo durante toda minha jornada pelo curso.

Ao meu grande amor João Batista, por todo seu incansável apoio, por ser meu porto seguro em meio a tantos obstáculos, barreiras e escuridões que tive em meu caminho até aqui.

Aos meus amigos da universidade, Mellissa, Arthur e Daniel, por todas as linhas memórias construídas nessa graduação e todos os trabalhos que realizamos juntos.

À minha irmã Amanda, por ser uma das minhas melhores amigas e por todas as leituras e conselhos providos para esse trabalho.

A todas as pessoas que me apoiaram durante essa jornada.

“Em si, o suicídio é a realização de um desejo de destruição que não é diferente daquele que tem produzido, entre nós, mais de 1 milhão de assassinatos nos últimos trinta anos. Sem considerar os motivos, a distinção entre o ato de disparar um tiro contra um homem ou contra a própria cabeça é tão somente a orientação dada ao desejo de matar. Quero falar dessa vontade de aniquilação e suas consequências, sobretudo para aqueles que concebem seu ofício como guerra.” (MIRANDA, 2016, p. 12).

## RESUMO

Mesmo com sua natureza drástica e irreversível, o suicídio ainda é algo comum: Segundo a OMS, a cada 40 segundos uma pessoa tira a própria vida. Quanto aos policiais e agentes da segurança pública, o suicídio é, em muitos lugares, a principal causa de morte desses indivíduos. O estado do Ceará comparado aos estados de Rio de Janeiro e São Paulo possui os índices de suicídio equiparados a esses, sendo proporcionalmente maiores ao se levar em conta a grande diferença no número total de agentes da segurança pública entre os três estados. Observando a gravidade desse problema são esperadas mobilizações com políticas públicas que trabalhem na prevenção do suicídio e na promoção da saúde mental. Considerando esse contexto, a pesquisa aqui descrita tem como objetivo geral analisar como as atividades realizadas pelo CATS podem contribuir para a prevenção do suicídio dos agentes da segurança pública cearense. O CATS é um curso originado no Ceará que capacita agentes da segurança e saúde pública, além de áreas afins, para atender tentativas de suicídio nas situações cujo indivíduo está na iminência de consumir o ato. O curso tem uma abordagem humanizada e com enfoque no diálogo, deixando intervenções mais bruscas como última medida para impedir o óbito. Essa pesquisa é um estudo qualitativo de caráter exploratório e descritivo que se utilizou das seguintes técnicas de coletas de dados: entrevista, observação, pesquisa documental e também pesquisa e revisão bibliográfica. Segundo o gestor do curso, o CATS fornece um grande suporte mental para seus alunos no intuito de permitir que eles possam auxiliar e intervir a todos em sua volta, incluindo eles mesmos, sendo isso imprescindível para a prevenção do suicídio desses indivíduos e pessoas próximas a eles. Além disso, o gestor do CATS também aponta a quebra do tabu acerca da temática entre os agentes da segurança pública como uma das ações do curso que mais causa impacto nesses trabalhadores. Com o reconhecimento do problema sendo o primeiro passo, o CATS é vital como política pública em si e como instrumento para a introdução de outras políticas públicas que visem a prevenção do suicídio desses agentes. Sendo assim, é importante compreender que o CATS ainda está em seu estágio inicial, porém já demonstra alto potencial, possuindo destaque internacional e conseguindo salvar vidas dentro e fora do âmbito dos agentes da segurança pública.

**Palavras-chave:** suicidologia; saúde mental; políticas públicas, Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio.

## ABSTRACT

Even with its drastic and irreversible nature, suicide is still common: According to the WHO, every 40 seconds a person takes their own life. As for the police and public security agents, suicide is, in many places, the main cause of death for these individuals. The state of Ceará, compared to the states of Rio de Janeiro and São Paulo, has similar suicide rates, being proportionally higher when taking into account the large difference in the total number of public security agents between the three states. Observing the severity of this problem, mobilizations with public policies that work on suicide prevention and mental health promotion are expected. Considering this context, the research described here has the general objective of analyzing how the activities carried out by CATS can contribute to the prevention of suicide by public security agents in Ceará. CATS is a course originated in Ceará that trains security and public health agents, as well as agents from related areas, to deal with suicide attempts in situations where the individual is on the verge of consummating the act. The course has a humanized approach and focuses on dialogue, leaving more abrupt interventions as a last measure to prevent death. This research is an exploratory and descriptive qualitative study that used the following data collection techniques: interview, observation, documental research and also literature review and research. According to the course manager, CATS provides great mental support for its students in order to allow them to help and intervene to everyone around them, including themselves, which is essential for the prevention of suicide of these individuals and people close to them. In addition, the CATS manager also points out the breaking of the taboo on the subject among public security agents as one of the course actions that most impact these workers. With the recognition of the problem being the first step, CATS is vital as a public policy in itself and as an instrument for the introduction of other public policies aimed at preventing the suicide of these agents. Therefore, it is important to understand that CATS is still in its initial stage, but it already shows high potential, having international prominence and managing to save lives inside and outside the scope of public security agents.

**Keywords:** suicidology; mental health; public policies, Suicide Attempts Assistance Course.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Gráfico 1 – Distribuição de índices de suicídio, tentativas de suicídio, homicídio seguido de suicídio e outros entre as ocorrências notificadas ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção nos anos de 2017 a 2019, segundo o Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio 43
- Gráfico 2 – Distribuição de índices de suicídio e tentativas de suicídio entre as ocorrências notificadas nos anos de 2017 a 2020, segundo estudos do Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio e Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção 45
- Quadro 1 – Carga horária do Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio 54
- Figura 1 – Fotografia da 1ª turma do Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio 58
- Gráfico 3 – Distribuição da quantidade de turmas do Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio por estado brasileiro 59

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Tabela parcial: Números absolutos de suicídios de Policiais Militares e Civis em atividade por Unidades da Federação nos anos 2017 e 2018, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública	37
Tabela 2 –	Tabela parcial: Total de suicídios de Policiais Militares e Civis em atividade, taxa de suicídio e variação anual por Unidades da Federação nos anos 2017 e 2018, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública	37
Tabela 3 –	Tabela parcial: Número absoluto de suicídios de Policiais Militares e Civis em atividade por Unidades da Federação nos anos 2018 e 2019, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública	37
Tabela 4 –	Tabela parcial: Total de suicídios de Policiais Militares e Civis em atividade, taxa de suicídio e variação anual por Unidades da Federação nos anos 2018 e 2019, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública	39
Tabela 5 –	Tabela parcial: Número absoluto de suicídios de Policiais Militares e Civis em atividade por Unidades da Federação nos anos 2019 e 2020, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública	40
Tabela 6 –	Tabela parcial: Total de suicídios de Policiais Militares e Civis em atividade, taxa de suicídio e variação anual por Unidades da Federação nos anos 2019 e 2020, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública	40
Tabela 7 –	Tabela parcial: Distribuição das notificações de suicídios, tentativas de suicídios, homicídio seguido de suicídio e mortes com suspeita de suicídio entre profissionais da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal em 2018 por Unidades da Federação, segundo boletim de 2019 do Grupo de Estudo e	42

## Pesquisa em Suicídio e Prevenção

Tabela 8 –	Tabela parcial: Ocorrências de suicídio consumado e de homicídio seguido de suicídio em 2019 por Unidade Federativa, segundo Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio	44
Tabela 9 –	Distribuição das notificações recebidas pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção/Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio em 2018 por Corporação	47
Tabela 10 –	Distribuição das notificações recebidas pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção/Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio em 2019 por Corporação	47
Tabela 11 –	Distribuição das notificações recebidas pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção/Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio em 2020 por Corporação	48
Tabela 12 –	Números absolutos de notificações recebidas pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção/Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio entre os anos de 2018 a 2020 por Corporação	48
Tabela 13 –	Taxa de suicídio a cada 10.000 Policiais Militares em ativa por Unidade Federativa durante o período de 2018 a 2020 em estados que tiveram notificações todos os 3 anos, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio	49

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABP	Associação Brasileira de Psiquiatria
CATS	Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio
CBM	Corpo de Bombeiros Militar
CBMCE	Corpo de Bombeiros Militar do Ceará
CFM	Conselho Federal de Medicina
CVLI	Crimes Violentos Letais e Intencionais
CVV	Centro de Valorização da Vida
FA	Forças Armadas
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GEASPJ	Grupo de Estudos e Ações de Extensão de Políticas de Segurança Pública e Justiça
GEPeSP	Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção
GM	Guarda Municipal
GRP	Guarda Real de Polícia
IPPES	Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio
OMS	Organização Mundial da Saúde
PC	Polícia Civil
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PP	Polícia Penal
PRAVIDA	Programa de Apoio à Vida
PRF	Polícia Rodoviária Federal
SSPDS	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará

UFC

Universidade Federal do Ceará

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>SUICÍDIO: SUAS TERMINOLOGIAS E HISTÓRIA .....</b>	<b>22</b>
<b>3.1</b>	<b>Introdução ao conceito de suicídio e suas terminologias .....</b>	<b>22</b>
<b>3.2</b>	<b>Os estigmas associados à saúde mental e ao suicídio no Brasil e no mundo .....</b>	<b>23</b>
<b>3.3</b>	<b>O suicídio como caso de saúde pública cearense, nacional e mundial .....</b>	<b>25</b>
<b>4</b>	<b>O TRABALHO DOS AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA E O SUICÍDIO .....</b>	<b>29</b>
<b>4.1</b>	<b>As especificidades do suicídio de um agente da segurança pública .....</b>	<b>29</b>
<b>4.2</b>	<b>A relação trabalho/saúde dos agentes da segurança pública no decorrer de sua história .....</b>	<b>31</b>
<b>4.3</b>	<b>Os desafios presentes no trabalho dos agentes da segurança pública .....</b>	<b>34</b>
<b>4.4</b>	<b>O panorama nacional e estadual do suicídio dos agentes da segurança pública e seus indicadores .....</b>	<b>35</b>
<b>5</b>	<b>O CURSO DE ATENDIMENTO A TENTATIVAS DE SUICÍDIO (CATS) .....</b>	<b>51</b>
<b>5.1</b>	<b>O CATS e sua metodologia .....</b>	<b>51</b>
<b>5.2</b>	<b>A trajetória do CATS até os dias atuais .....</b>	<b>57</b>
<b>6</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DO CATS COMO FERRAMENTA NA PREVENÇÃO DE SUICÍDIO DOS AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA .....</b>	<b>61</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>64</b>
<b>8</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>68</b>
	<b>APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM INSTRUTOR DO CATS .....</b>	<b>73</b>
	<b>ANEXO A – TABELA COMPLETA: NÚMEROS ABSOLUTOS DE .....</b>	<b>78</b>

**SUICÍDIOS DE POLICIAIS MILITARES E CIVIS EM ATIVIDADE POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO SEGUNDO O ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2019 DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA .....**

**ANEXO B – TABELA COMPLETA: SUICÍDIO DE POLICIAIS MILITARES E CIVIS EM ATIVIDADE POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO NOS ANOS 2018 E 2019, SEGUNDO O ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2020 DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA .....** 79

**ANEXO C – TABELA COMPLETA: SUICÍDIO DE POLICIAIS MILITARES E CIVIS EM ATIVIDADE POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO NOS ANOS 2019 E 2020, SEGUNDO O ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2021 DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA .....** 80

**ANEXO D – TABELA COMPLETA: DISTRIBUIÇÃO DAS NOTIFICAÇÕES DE SUICÍDIOS, TENTATIVAS DE SUICÍDIOS, HOMICÍDIO SEGUIDO DE SUICÍDIO E MORTES COM SUSPEITA DE SUICÍDIO ENTRE PROFISSIONAIS DA POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, POLÍCIA FEDERAL E POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM 2018 POR UNIDADE FEDERATIVA, SEGUNDO RELATÓRIO ANUAL DE 2019 DO GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM SUICÍDIO E PREVENÇÃO .....** 81

**ANEXO E – TABELA COMPLETA: OCORRÊNCIAS DE SUICÍDIO CONSUMADO E DE HOMICÍDIO SEGUIDO DE SUICÍDIO EM 2019 POR UNIDADE FEDERATIVA, SEGUNDO INSTITUTO DE PESQUISA, PREVENÇÃO E ESTUDOS EM SUICÍDIO .....** 82

**ANEXO F – TAXA DE SUICÍDIO A CADA 10.000 POLICIAIS MILITARES EM ATIVA POR UNIDADE FEDERATIVA DURANTE O PERÍODO DE 2018 A 2020 EM TODOS OS ESTADOS, SEGUNDO LEVANTAMENTO DO INSTITUTO DE PESQUISA, PREVENÇÃO E ESTUDOS EM SUICÍDIO** 83

## 1 INTRODUÇÃO

O suicídio é o ato mais extremo que o ser humano pode cometer contra si mesmo e a representação de uma completa falha da sociedade e das autoridades públicas perante o indivíduo. Ainda assim, mesmo com sua natureza drástica e irreversível, o suicídio ainda é algo comum: Segundo levantamento da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2019, ao redor do mundo, a cada 40 segundos uma pessoa tira a própria vida, e a cada 3 segundos há uma tentativa de suicídio.

Entretanto, algumas pessoas estão ainda mais suscetíveis a ideações suicidas devido a diversos fatores como gênero, idade e ocupação. No que tange aos aspectos ocupacionais, estudos apontam que profissões com maior nível de estresse e dificuldades laborais possuem maiores índices de suicídio, como exemplo dos médicos, veterinários, enfermeiros e policiais (AGERBO et al., 2007; BOXER; BURNET; SWANSON, 1995; HEM; BERG; EKEBERG, 2001). Para o presente estudo, serão analisados os suicídios entre todos os agentes da segurança pública.

Além do escopo ocupacional, esta pesquisa olhará um viés de atuação específico, focando-se na atuação do Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio (CATS) como o caso a ser analisado. Para fins de objetividade de pesquisa, embora o CATS possua uma visão que procure abordar a prevenção de todo e qualquer suicídio, os aspectos do curso que estarão em foco nessa seguinte pesquisa serão os que possuem um impacto no suicídio do público ligado com a segurança pública.

Considerando esse contexto, a pesquisa aqui descrita tem como objetivo geral: Analisar como as atividades realizadas pelo CATS podem contribuir para a prevenção do suicídio dos agentes da segurança pública cearense. Além disso, para a realização do objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos que serão desenvolvidos em seus respectivos capítulos:

1. Analisar o comportamento suicida, sua história, e as especificidades do mesmo em relação aos agentes da segurança pública, com os respectivos panoramas e indicadores acerca desse público.
2. Explicitar as estruturas de gestão e as atividades realizadas dentro do CATS como um todo, objetivando uma melhor compreensão do mesmo.
3. Identificar como o CATS apresenta uma importante ferramenta que pode auxiliar na prevenção do suicídio dos agentes da segurança pública do Ceará e suas respectivas implicações no fenômeno.

No que concerne a justificativa, esse estudo é fruto de um trabalho iniciado no segundo semestre do curso de Gestão de Políticas Públicas, quando iniciei minhas atividades no Grupo de

Estudos e Ações de Extensão de Políticas de Segurança Pública e Justiça (GEASPJ) e nasceu um grande interesse pela temática de segurança pública. Através do grupo de estudos, pude conhecer inúmeras linhas de pensamento e estudos sobre as temáticas de segurança pública e justiça, me levando a desenvolver o desejo de compreender a população de agentes da segurança pública e também de humanizar todos os agentes da esfera de segurança pública.

No tocante ao suicídio dos agentes da segurança pública, especificamente, o desejo de estudar tal temática advém de um interesse pessoal pelas áreas de segurança pública, gestão e psicologia e um interesse na melhoria da qualidade de vida e humanização dos agentes da segurança pública e, conseqüentemente, da população em geral, levando em conta a importância desse tema na sociedade atual, na qual se observa cada vez mais a procura por profissionais da saúde mental. Vale acrescentar que o suicídio é uma das maiores falhas de uma sociedade com o indivíduo que o realiza, e essa pesquisa vem com a vontade pessoal de mostrar os estigmas sociais com o fenômeno e ajudar na formação de uma sociedade melhor não só para os agentes da segurança pública, mas para todos que estão inseridos na mesma.

Além disso, esse estudo também surge devido a uma expectativa de quebrar a dicotomia social percebida através de estudos e experiências pessoais da autora acerca da visão sobre o agente policial, que muitas vezes é visto como um vilão corrupto e cruel, e outras vezes visto como um herói forte, inabalável e um símbolo de força na sociedade. Tais visões, mesmo a positiva, são prejudiciais para o policial, que se vê desumanizado de ambos os lados, incapaz de apresentar seus medos, empatias, inseguranças e/ou pensamentos insalubres publicamente, pelo medo do rechaço.

Acerca do problema de pesquisa, fundamenta-se primariamente na frequência do suicídio. Como já citado anteriormente, no âmbito global, a cada 40 segundos uma pessoa tira a própria vida, e a cada 3 segundos há uma tentativa de suicídio, representando a incidência desse fenômeno. Além disso, o suicídio é a segunda maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos, atrás somente de acidentes de trânsito, e ambas as causas são completamente evitáveis (OMS, 2019). No tocante ao policial e aos agentes da segurança pública, o suicídio é, em muitos lugares como São Paulo, a principal causa de morte desses trabalhadores, segundo a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo (2019). Sendo assim, esse estudo também procura trazer uma contribuição para a academia, a sociedade e os órgãos públicos acerca das ações de prevenção do suicídio, mais especificamente no tocante ao suicídio dos agentes da segurança pública.

No Ceará, baseando-se nos dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do estado (SSPDS) é possível observar uma redução dos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) entre 2015 e 2019. Em números brutos CVLIs foram de 4.019 em 2015 para 2.257 em 2019. Esse indicador, porém, não seguiu apenas uma tendência de redução durante o intervalo de

tempo citado, chegando a 5.133 em 2017. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, entre os anos de 2017 e 2018, 39 agentes da segurança pública foram vítimas de CVLIs e 379 mortes ocorreram em decorrência de intervenção policial. Dos profissionais mortos em confronto, 36 estavam fora de serviço, apenas três estavam efetivamente em serviço. A exposição à violência, à cobrança contínua de resultados, ao acesso a meios letais e ao pouco reconhecimento por parte da sociedade são fatores que associados podem levar à forte pressão emocional do agente da segurança pública e eventualmente ao suicídio. O Brasil registrou em 2018 um total de 104 suicídios entre policiais civis e militares.

Tendo isso em vista, esta pesquisa será dividida em seis capítulos, excluindo referências bibliográficas, apêndices e anexos, contendo suas respectivas questões e seções que serão explicitadas no decorrer deste capítulo. O primeiro capítulo é a introdução aqui descrita, que procura apresentar a temática, explicitar os objetivos gerais e específicos dessa monografia, o problema de pesquisa e a justificativa para a realização desse estudo, pautadas desde a justificativa pessoal, onde se trata do envolvimento acadêmico próprio em relação a essa temática, originado no segundo semestre de curso por meio do GEASPJ, até a justificativa teórica, pautada em acadêmicos envolvidos na temática que procuram demonstrar a importância da mesma.

O segundo capítulo será composto dos aspectos metodológicos da presente pesquisa. Nele, se explicará o caráter e a natureza escolhidos para esses estudos, com os respectivos embasamentos teóricos para cada elemento. Por último, também serão descritas as técnicas de pesquisa, como as mesmas foram realizadas para a obtenção de resultados e dados da pesquisa e também a fundamentação teórica para sustentar a escolha de tais técnicas.

No terceiro capítulo começarão os aspectos mais teóricos da pesquisa aqui descrita. Esse capítulo tem como objetivo explicar acerca do fenômeno estudado, inicialmente explicando fatores intrínsecos ao suicídio em si, sua história e definição, com a compreensão dos estigmas associados ao mesmo, além das proporções estaduais, nacionais e mundiais que tal fenômeno possui.

No quarto capítulo será diferenciado o suicídio dos agentes da segurança pública do suicídio entre outros tipos de indivíduos, explicitando os aspectos laborais relacionados ao suicídio, ao comportamento suicida e às especificidades do suicídio dos agentes da segurança pública. Nessa parte também procura-se compreender os índices atuais atrelados ao suicídio desses profissionais a fim de compreender a situação do fenômeno em seus panoramas nacionais e estaduais no território cearense nos dias de hoje. Dessa forma, esse aspecto constará com os estudos entre os anos de 2017 e a 2020 fornecidos por meio das avaliações e índices de diferentes fontes para maior fundamentação dos dados.

Logo em seguida, no quinto capítulo desta monografia, será estudado o Curso de

Atendimento a Tentativas de Suicídio (CATS), que é o objeto de estudo escolhido. Nesse capítulo, será apresentado o curso, como é sua ementa e sua forma de trabalho. Todas as atividades realizadas no curso serão aqui descritas para total compreensão do leitor acerca do mesmo e para o desenvolvimento dessa pesquisa. Além disso, esse capítulo também abordará a evolução e a trajetória do CATS, demonstrando a adaptação e flexibilidade do curso no decorrer de sua história e onde o mesmo está hoje no cenário cearense, brasileiro e também mundial.

O sexto e penúltimo capítulo dessa monografia contém a análise de dados e discussão dos resultados encontrados no estudo aqui apresentado. Para isso, o capítulo será dividido em dois aspectos, com a primeira seção objetivando demonstrar os impactos do CATS na prevenção do suicídio dos agentes da segurança pública, demonstrando como a criação do curso e sua grade curricular procuram cuidar desses profissionais. Já na segunda seção.

Por último, o sétimo capítulo será constituído pelas considerações finais desse estudo, sintetizando para o leitor o que esse estudo abordou em cada capítulo e o resultado de cada um dos objetivos específicos propostos. Além disso, serão expostas reflexões e recomendações advindas da entrevista realizada com Sousa (2021) e de ponderamentos pessoais da autora no decorrer da pesquisa e apresenta-se também a importância desse estudo e sua contribuição para a prevenção do suicídio dos agentes da segurança pública e as expectativas de prosseguimento desse estudo.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo possui uma abordagem metodológica qualitativa, com seus dados encontrados “mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos” (KNECHTEL, 2014, p. 106). Seguindo a premissa de interação entre a realidade e o objeto de estudo, essa abordagem se faz necessária, pois, como é exposto por Minayo (1994), tal metodologia leva em consideração aspectos subjetivos para a análise situacional e desenvolvimento da pesquisa, o que requer um olhar mais humanizado do pesquisador.

Segundo seu objetivo principal, esse estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória e descritiva. Sendo assim, o estudo em seu caráter exploratório será aprofundado no limite de uma realidade, buscando-se antecedentes para então partir para uma perspectiva descritiva, assim como define Triviños (1987). Vale acrescentar que a abordagem exploratória foi a escolhida devido ao objetivo de trazer visibilidade e familiaridade com o problema exposto e tecer hipóteses sobre o mesmo, como explicita Gil (2002). Acerca do aspecto descritivo, se deseja trazer uma visão preliminar acerca da temática e do contexto em que os agentes da segurança pública estão inseridos e os aspectos intrínsecos ao suicídio dessa população, procurando uma descrição do fenômeno. Por último, de acordo com Gil (2002), a metodologia descritiva de trabalho segue um formato onde se procura a descrição de certas populações e fenômenos, com o estabelecimento de relações entre variáveis.

No que concerne às técnicas de coleta de dados, para a elaboração do presente estudo foram utilizadas diversas técnicas, sendo essas: entrevista, observação, pesquisa documental e também pesquisa e revisão bibliográfica de obras relacionadas ao assunto, trazendo para a fundamentação teórica dados de bases primárias e secundárias. Com essas técnicas, essa pesquisa busca um aprofundamento nos estudos acerca do CATS e do suicídio dos agentes da segurança pública.

Quanto à entrevista, foi realizada de forma semiestruturada por pautas com o Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará (CBMCE) José Edir Paixão de Sousa, um dos formuladores, implementadores e primeiros instrutores do CATS. A entrevista foi realizada de forma remota por meio de áudios enviados em aplicativos de mensagens instantâneas, considerando-se a pandemia do coronavírus. Essa técnica foi escolhida devido a sua grande adequação na obtenção de informações acerca do que o entrevistado sabe, crê e sente, do que ele pretende fazer, já fez ou está fazendo relacionado à temática e também das razões e explicações para cada resposta, além de sua maior flexibilidade em relação a um questionário, tendo em vista que há a possibilidade de inserção de perguntas adicionais no decorrer da entrevista (GIL, 1999).

Ainda sobre a entrevista, para a análise dessa técnica, utilizou-se os métodos definidos por Bardin (2011), realizando então a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos por meio de inferência e interpretação. Para a primeira etapa, houve a organização e transcrição da entrevista, obedecendo os princípios de homogeneidade, exaustividade, exclusividade, pertinência e representabilidade. Em seguida, na exploração do material da entrevista, foi realizada a codificação e a categorização do conteúdo coletado pela entrevista. Para a codificação foram consideradas como unidades de registro: o CATS e o tema do suicídio dos agentes da segurança pública, visando a categorização das partes da entrevista que correspondem a essas unidades. Além disso, foram consideradas como unidades de contexto as sentenças completas onde essas unidades foram utilizadas, objetivando compreender o contexto em que o entrevistado mencionou o curso. Para a categorização desse material, separou-se as falas de Sousa (2021) em falas de opinião acerca do curso ou da temática, falas de experiências pessoais, falas de aspectos históricos do curso e falas de aspectos técnicos e metodológicos do curso. Por último, foi realizada a interpretação do conteúdo obtido, procurando compreender o que cada fala selecionada do entrevistado poderia contribuir na pesquisa aqui exposta e o contexto em que a mesma se encaixa, procurando analisar a forma de discurso e o discurso enunciado em si durante a análise da entrevista.

No tocante à técnica de observação, essa desempenha um papel fundamental na pesquisa, podendo ser utilizada como procedimento científico, tendo em vista que serve ao objetivo formulado por essa pesquisa, e sendo planejada de forma sistemática e submetida à verificação e controles de validade e precisão (GIL, 1999). A técnica de observação escolhida para essa pesquisa segue meios sistemáticos, onde são utilizados instrumentos, especialmente anotações, para a coleta dos dados da pesquisa. Acerca da participação da pesquisadora com a realidade, a observação aqui exposta é caracterizada como não participante, procurando uma maior objetividade sem grandes influências do objeto de estudo. Devido à natureza de uma monografia, a observação também é de caráter individual, com somente a autora do trabalho aqui exposto participando dessas técnicas de pesquisa. Por último, tendo em vista os aspectos humanos e sociais da pesquisa, a observação é presenciada na vida real (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Há também as técnicas de pesquisa e revisão bibliográfica. Na pesquisa bibliográfica, se abrange os mais diversos estilos de materiais já elaborados sobre a temática a ser discutida, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi produzido, seja dito, escrito, ou filmado, sobre o assunto em questão. Já a revisão bibliográfica constitui-se de uma análise ampla acerca dos materiais pesquisados. A pesquisa e revisão bibliográficas são de suma importância para todas as pesquisas científicas para que os pesquisadores não percam tempo com uma questão já

solucionada, permitindo a formulação de soluções inovadoras e a cobertura de um conjunto de fenômenos muito mais extenso do que o pesquisador poderia encontrar sozinho e de forma direta (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 2003).

Por último, durante o estudo aqui descrito, há também a presença da pesquisa documental. A pesquisa documental é semelhante à pesquisa bibliográfica, diferenciando-se apenas na natureza das fontes dos dados pesquisados. A coleta de dados de uma pesquisa documental é restrita a documentos escritos ou não, sendo esses arquivos particulares ou públicos. No caso dessa pesquisa, foram utilizados documentos escritos particulares e públicos, tendo em vista que há a pesquisa sobre documentos oficiais de esferas nacionais e estaduais e também a pesquisa de documentos de instituições, como o caso da utilização da documentação contendo a proposta geral e a estrutura logística do CATS para a compreensão das atividades e objetivos do curso (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 2003).

### 3 SUICÍDIO: SUAS TERMINOLOGIAS E HISTÓRIA

Primeiramente, para o início desse estudo, é fundamental que haja a compreensão do suicídio e de diversos fatores relacionados a ele. Sendo assim, esse capítulo deverá abordar essas questões, começando com as diferentes definições de suicídio, desde uma das definições mais clássicas com os estudos de Durkheim (1952) até os dias atuais, abordando o cenário mundial e também nacional acerca dos estudos de suicidologia para uma maior compreensão inicial do leitor acerca do fenômeno. Em seguida, esse capítulo abordará aspectos sociais do suicídio, apresentando os estigmas da sociedade com a temática e como isso pode afetar os estudos e a prevenção do suicídio. Outro aspecto importante abordado nesse capítulo é a representação do suicídio como um caso de saúde pública nas esferas mundial, nacional e estadual no Ceará, apresentando as mais diversas políticas públicas e ações na prevenção do suicídio e conscientização social acerca da importância das discussões dessa temática.

Sendo assim, esse capítulo procura cumprir parcialmente o primeiro objetivo específico descrito nessa pesquisa, que é: Analisar o comportamento suicida, sua história, e as especificidades do mesmo em relação aos agentes da segurança pública, com os respectivos panoramas e indicadores acerca desse público.

#### 3.1 Introdução ao conceito de suicídio e suas terminologias

O suicídio é um fenômeno bastante antigo na sociedade, com evidências de sua ocorrência já presentes nos anos 1.900 a.C. A primeira evidência histórica se apresenta através de uma carta de suicídio da época do Egito Antigo (JAROW, 2018). Os estudos com relação a essa temática também têm uma longa história: Nos primórdios da sociologia moderna, Émile Durkheim quebrava paradigmas quanto à compreensão do suicídio. Na obra *O Suicídio: Estudo de Sociologia*, Durkheim (1952: p. 40) afirma que suicídio é “...todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela saiba que produziria esse resultado”.

Adicionalmente, outra definição que merece destaque é a levantada pela própria Organização Mundial da Saúde (OMS). Para isso, será utilizada a definição apontada pelo relatório *Preventing Suicide: a global imperative*, publicado em 2014 pela OMS. Nesse relatório, o suicídio é definido como “o ato de deliberadamente matar a si mesmo” (2014: p. 15), a tentativa de suicídio é definida como “qualquer comportamento suicida não letal e se refere a envenenamentos próprios e

não letais, machucados e automutilações que podem ou não ter uma intenção letal” (2014: p. 15) e, por último, há também a definição do comportamento suicida, que é caracterizado por todo um espectro de comportamentos que incluem pensar sobre o suicídio, planejar o suicídio, tentar suicídio ou até mesmo o próprio suicídio. Porém, deve-se acrescentar que tais definições são problemáticas devido ao grande espectro de ações englobados nas mesmas, como o fato de uma automutilação que não tem o suicídio como objetivo do indivíduo ser considerada uma tentativa de suicídio e, conseqüentemente, um comportamento suicida e a abrangência do termo “deliberadamente”, utilizado na definição do próprio suicídio.

Por último, há uma definição de suicídio também no cenário nacional brasileiro: a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) lançou em conjunto o Conselho Federal de Medicina (CFM) a cartilha *Suicídio: informando para prevenir* em 2014, onde os órgãos definem o suicídio como “um ato deliberado executado pelo próprio indivíduo, cuja intenção seja a morte, de forma consciente e intencional, mesmo que ambivalente, usando um meio que ele acredita ser letal” (2014: p. 9). Além disso, a cartilha também define o comportamento suicida, apontando-o como os pensamentos, os planos e as tentativas de suicídio.

### **3.2 Os estigmas associados à saúde mental e ao suicídio no Brasil e no mundo**

Primeiramente, para essa seção é importante compreender o que será considerado estigma, que pode ser entendido como uma marca ou cicatriz objetiva que recebe uma conotação negativa. Sobre a estigmatização, Goffman (1982), retrata a inferência da construção históricossocial e suas diversas transformações ao longo do tempo para esclarecer tal conceito. No entanto, enquanto processo social, o estigma é apresentado negativamente, depreciando características e crenças que vão divergir das normas culturais prevalentes, tornando os indivíduos estigmatizados inabilitados para a aceitação social plena. (GOFFMAN, 1982).

É importante a compreensão de que o fenômeno do suicídio não é algo pequeno e que o mesmo deve ser tratado com seriedade pelos agentes públicos, privados e toda a sociedade. Ele está diretamente relacionado a diversos aspectos da saúde mental, uma área da saúde que ainda sofre muito rechaço e tem uma história conturbada e relativamente recente, com uma das primeiras aparições concretas dessa área ocorrendo somente nos anos 1940, com a fundação da *Mental Health Association* (Associação de Saúde Mental) em Londres, 1946, e posteriormente o primeiro *International Congress on Mental Health* (Congresso Internacional de Saúde Mental) em 1948, também em Londres, no mesmo ano da criação da OMS.

Porém, mesmo com esses avanços, algumas práticas inaceitáveis ainda eram utilizadas para o tratamento de distúrbios mentais e pacientes suicidas naquela época, como a lobotomia. A lobotomia era um procedimento recomendado para o tratamento de esquizofrenia e depressão severa, com muitos suicidas se encaixando nesses dois quesitos, onde se cortava diversas conexões do córtex pré-frontal do cérebro, sendo essa a região cerebral responsável por pensamentos complexos, relações sociais e outros aspectos emocionais. Apesar dos inúmeros efeitos colaterais que poderiam surgir com a cirurgia, que conseqüentemente acabava incapacitando ou matando o paciente, o procedimento ainda era comumente realizado na década de 40 e até rendeu um Nobel de Medicina para seu desenvolvedor Egas Muniz. A prática começou a ser extinta somente na década seguinte, com alguns países mantendo-a legalizada até a década de 70 e algumas raras operações ocorrendo até os dias atuais (LEWIS; WEISBERGER, 2021).

Um outro grande exemplo se tem no movimento antimanicomial no Brasil, uma luta multidimensional que trata da discriminação da loucura. Os primeiros encontros para a discussão e fundamentação desse movimento de teor social no país ocorreram nos anos 90, com o I Encontro Nacional da Luta Antimanicomial no ano de 1993 em Salvador – BA. Até a crise e fragmentação do movimento em 2001, cada um dos encontros nacionais possuía um lema específico pelo qual se pautavam a maioria das discussões, porém todas ainda eram centradas na luta pelo fim da exclusão das vítimas de transtornos mentais da sociedade e na maior dignidade nos tratamentos dessas pessoas.

Embora algumas dessas práticas desumanas contra as pessoas que sofrem distúrbios ou transtornos mentais sejam atualmente rebatidas e vistas como cruéis por grande parte da sociedade, essas pessoas infelizmente ainda não são bem acolhidas pela sociedade como um todo. A psicofobia, termo cunhado em 2011 por Antônio Geraldo da Silva (presidente da ABP) para designar o preconceito contra pessoas que possuem transtornos ou deficiências mentais, ainda está presente nos dias atuais.

A psicofobia é uma grande barreira no tratamento de pessoas que são vítimas desses distúrbios e/ou transtornos mentais, tendo em vista que as mesmas têm seus sofrimentos constantemente diminuídos, esquecidos ou ignorados pela sociedade. Além disso, esse preconceito pode potencialmente agravar o problema desses indivíduos pela falta de afeto e apoio ou fazer com que a pessoa acredite que ela e seus problemas não são importantes para a sociedade. Através dessa crença, o indivíduo pode passar a diminuir ou até mesmo completamente rechaçar seus problemas e tentar lidar com eles sem o apoio psicológico de um profissional, podendo fazer com que essas questões fiquem ainda mais graves (NAGAI; EBAID, 2020).

### 3.3 O suicídio como caso de saúde pública cearense, nacional e mundial

O suicídio é um fenômeno social com proporções mundiais. Diariamente, 2.160 pessoas tiram a própria vida e 28.800 tentativas de suicídio ocorrem ao redor do mundo, marcando o suicídio como uma das principais causas de morte no planeta (OMS, 2019). Observando a gravidade desse problema, é esperado que o mundo se mobilize com diversas políticas públicas de âmbitos mundial nacional ou local que trabalhem na prevenção da temática e na promoção da saúde mental. A partir disso, é importante mencionar nesse estudo algumas outras políticas públicas que atuam na prevenção do suicídio além do CATS, que será estudado profundamente no capítulo 3 dessa monografia.

Com isso em mente, para fins de objetividade, é importante afirmar o que será considerado nesse texto como uma política pública para a prevenção do suicídio, tendo em vista a subjetividade da questão. É inegável que a saúde mental é dependente de uma convergência de fatores extremamente amplos e distintos, então várias políticas afetarão a condição da mesma. Tendo em vista que o suicídio é diretamente correlacionado com a saúde mental e sua qualidade, poderia ser afirmado que tais políticas também possuem o potencial de diminuir os números de suicídio de um determinado público-alvo, ou seja, caso uma abordagem mais abstrata seja utilizada, qualquer política voltada para a felicidade e bem-estar social teria que ser analisada e discutida em relação a seus impactos nos índices de suicídio. Entanto, define-se aqui que serão consideradas políticas públicas para a prevenção de suicídios somente as políticas públicas que lidam diretamente com atos ou ideações suicidas, reconhecendo-as e procurando ampará-las especificamente.

Recentemente, a temática da saúde mental e do suicídio em âmbito global ganhou força e visibilidade no século XXI, especialmente na última década com a criação do *Mental Health Atlas*, ou Atlas da Saúde Mental em português, pela OMS em 2011, que passou a sair de forma trienal, possuindo as versões atualmente de 2014, 2017 e 2020. Porém, em sua primeira edição, o Atlas de 2011 nem sequer cita o termo suicídio, focando-se no tratamento e prevenção de doenças mentais e alocação de recursos para essas ações.

A questão do suicídio só veio a ser introduzida no Atlas de 2014, com o *Mental Health Action Plan 2013-2020*, um plano de escopo mundial com os objetivos de: fortalecer a liderança eficaz e governança para a saúde mental; prover para a comunidade serviços de cuidado social e saúde mental que são compreensivos, integrados e responsivos; implementar estratégias para promoção e prevenção nos aspectos da saúde mental; e fortalecer sistemas de informações, evidências e pesquisas na área da saúde mental (OMS, 2014). Nesse plano, a OMS colocou nesse plano o objetivo de reduzir o suicídio em 10% mundialmente até 2020, quando comparados aos

índices de 2013. Esse objetivo consegue ser cumprido, como exposto no *Mental Health Atlas* de 2020, e a Organização cria então uma nova meta, objetivando reduzir a mortalidade por suicídio em um terço até o ano de 2030.

No cenário nacional, uma das mais antigas ações contra o suicídio é o Centro de Valorização da Vida (CVV), uma organização sem fins lucrativos que presta um serviço voluntário de apoio emocional para prevenção do suicídio aos indivíduos que quiserem ou precisarem conversar, sob total sigilo e anonimato. Embora o CVV já fosse reconhecido há décadas, seus serviços só se tornaram acessíveis em 2017, quando a parceria com o Ministério da Saúde firmada em 2015 foi ativamente implantada e passou a permitir uma linha para ligações gratuitas e o número nacional de 188, que passou a direcionar as ligações recebidas para todos os postos de atendimento no país com voluntários disponíveis. Atualmente, o CVV realiza mais de 3 milhões de atendimentos anuais, possuindo mais de 120 postos em 24 estados diferentes do Brasil mais o Distrito Federal, onde nesses postos atuam aproximadamente 4000 voluntários.

É importante comentar também do Setembro Amarelo, uma das maiores ações de prevenção ao suicídio e promoção da saúde mental. O Setembro Amarelo é uma campanha criada pela ABP em parceria com o CFM. Apesar do nome, a campanha acontece durante o ano todo, embora a mesma se intensifique durante o mês de setembro. A campanha conta com uma série de caminhadas e ações abertas para todo o público brasileiro em prol da conscientização dessa temática. Além disso, o Setembro Amarelo também conta com uma série de cartilhas como “Suicídio: informando para prevenir” de 2014 e “Comportamento Suicida: conhecendo para prevenir” em 2021, sendo essa dirigida diretamente para os profissionais da imprensa, procurando atenuar os impactos do comportamento midiático no fenômeno.

Por último, outra política pública de esfera nacional notável na prevenção do suicídio é a Lei nº 13.819 de 26 de abril de 2019, também conhecida como Lei Vovó Rose. A lei em questão institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio como “uma estratégia permanente do poder público para a prevenção desses eventos e para o tratamento dos condicionantes a eles associados” (BRASIL, 2019). A Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio tem como objetivos:

- “I – promover a saúde mental;
- II – prevenir a violência autoprovocada;
- III – controlar os fatores determinantes e condicionantes da saúde mental;
- IV – garantir o acesso à atenção psicossocial das pessoas em sofrimento psíquico agudo ou crônico, especialmente daquelas com histórico de ideação suicida, automutilações e tentativa de suicídio;
- V – abordar adequadamente os familiares e as pessoas próximas das vítimas de suicídio e

garantir-lhes assistência psicossocial;  
VI – informar e sensibilizar a sociedade sobre a importância e a relevância das lesões autoprovocadas como problemas de saúde pública passíveis de prevenção;  
VII – promover a articulação intersetorial para a prevenção do suicídio, envolvendo entidades de saúde, educação, comunicação, imprensa, polícia, entre outras;  
VIII – promover a notificação de eventos, o desenvolvimento e o aprimoramento de métodos de coleta e análise de dados sobre automutilações, tentativas de suicídio e suicídios consumados, envolvendo a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os estabelecimentos de saúde e de medicina legal, para subsidiar a formulação de políticas e tomadas de decisão;  
IX – promover a educação permanente de gestores e de profissionais de saúde em todos os níveis de atenção quanto ao sofrimento psíquico e às lesões autoprovocadas.” (BRASIL, 2019).

Já na esfera estadual cearense, o estado, segundo relatado orgulhosamente por Sousa (2021) em entrevista, foi um dos pioneiros no combate ao suicídio, com estudos na área obtendo reconhecimento internacional desde os anos 90 e 2000. Uma grande iniciativa logo no início do século XXI foi o Programa de Apoio à Vida (PRAVIDA), um programa de extensão da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC) criado em 2004 que tem como finalidade a prevenção do suicídio e o apoio à população vulnerável ao suicídio, que possui histórico de tentativa de suicídio ou de ideações suicidas. O PRAVIDA atua semanalmente às quintas-feiras fornecendo atenção especializada a esses indivíduos com a meta de reestabelecer o bem-estar e a reintegração a um convívio social saudável dessa parcela da população.

Além disso, outra política cearense de prevenção ao suicídio que merece destaque é o programa “Vidas Preservadas: o MP e a sociedade pela prevenção do suicídio”, criado em 2019 pelo Ministério Público do Estado do Ceará. O programa objetiva, em parceria com os mais diversos órgãos públicos e organizações não governamentais, a promoção de uma abordagem intersetorial na prevenção do suicídio, procurando estimular o debate, a sensibilização e o fortalecimento de políticas públicas para a promoção da saúde e também para a criação de estratégias de cuidado integral da população. Dessa forma, visa conscientizar não só os gestores públicos do estado, mas também toda a população cearense acerca da importância da prevenção do suicídio e, tendo em vista que ainda é um programa recém-criado, inicialmente tem a pretensão de alcançar com suas ações os 50 municípios que possuem os maiores índices de suicídio dentre todos os 184 municípios do Ceará. Além disso, o programa Vidas Preservadas conta com algumas parcerias notáveis, como o CVV, o PRAVIDA, o CBMCE, a UFC, a Prefeitura Municipal de Fortaleza, e muitos outros.

Enfim, o programa Vidas Preservadas serviu de inspiração para outra política pública no território cearense: o Plano Municipal de Promoção da Saúde, Prevenção e Posvenção de Suicídio da cidade de Fortaleza, criado também em 2019. O plano é baseado em cinco premissas norteadoras, as quais devem orientar as ações do mesmo e servir como referência para todos os encaminhamentos futuros do plano, sendo elas: acessibilidade e equidade, proximidade, territorialidade, rede (interconexão das ações do plano) e intersetorialidade. É importante citar que o plano em questão, embora possua uma grande vertente de comunicação e mobilização social, não apresenta nenhum enfoque nos agentes da segurança pública ou nas demais classes trabalhadoras vulneráveis ao suicídio.

## **4 O TRABALHO DOS AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA E O SUICÍDIO**

Nesse capítulo, será analisado o suicídio especificamente dos agentes da segurança pública, com o intuito de solucionar a parte do segundo objetivo específico que toca nesse aspecto. Para tal, primeiramente serão expostas as especificidades do suicídio desses profissionais na história e em seus aspectos. Em seguida, será exposto a relação entre o trabalho e a saúde vivida diariamente por esses agentes e como seus trabalhos afetam diretamente a saúde mental desde os primórdios das forças brasileiras de segurança pública, explorando também alguns elementos históricos que os afetam até hoje, especialmente no tocante da relação desses profissionais com a sociedade em geral.

Já na terceira seção, essa seção abordará uma análise mais atual da temática, apresentando alguns desafios presentes no trabalho dos agentes da segurança pública nos dias atuais e como estes afetam o bem-estar e a saúde mental desses profissionais, agravando a vulnerabilidade dos mesmos perante o fenômeno.

Em seguida, a quarta e última seção desse capítulo deve apresentar informações e indicadores sobre o suicídio acerca do suicídio dos agentes da segurança pública no Ceará e no Brasil. Sendo assim, esse capítulo é essencial para a finalização do primeiro objetivo específico dessa pesquisa, que procura: Analisar o comportamento suicida, sua história, e as especificidades do mesmo em relação aos agentes da segurança pública, com os respectivos panoramas e indicadores acerca desse público.

### **4.1 As especificidades do suicídio de um agente da segurança pública**

O suicídio ainda é um tabu social para grande parte da população e, quando esse se remete a um indivíduo agente da segurança pública não é diferente. Tal tabu acerca do fenômeno envolvendo esses profissionais está presente há séculos, como exemplificado por Minois (1995) em seu estudo sobre o suicídio no decorrer da história, onde ele explica a situação na Roma Antiga em que duas classes eram proibidas de cometer suicídio: escravos e soldados. Da mesma forma que a Roma Antiga, durante o início do século XIX, Napoleão comparava o suicídio de seus soldados à deserção. Minois (1995: p.381) também relata em sua obra que

“No período de 1875-1885, para o qual há números confiáveis, constatamos que os militares se matam duas vezes mais que os civis na França, três vezes mais na Inglaterra, quatro vezes mais na Alemanha, seis vezes mais na Áustria, sete vezes mais na Rússia,

nove vezes mais na Itália.”<sup>1</sup> (MINOIS, 1995: p. 381)

Tendo números tão alarmantes à sua vista, o historiador procura uma justificativa para tal discrepância entre o suicídio de um agente da segurança pública e um indivíduo civil, e argumenta que

“Duas causas essenciais estão na origem desse fenômeno: os rigores do regulamento e da vida militar no geral, fatores de frustração e medo, acerca dos motivos; o costume com a violência e a posse de uma arma de fogo, acerca dos meios. Os militares possuem sempre ao alcance da mão o meio de se matar, o que, em um período depressivo, exclui o intervalo de tempo entre a decisão do suicídio e a sua execução, intervalo esse que pode favorecer a reflexão.”<sup>2</sup> (MINOIS, 1995: p. 381)

Essa análise, embora procure explicar ocorrências de séculos atrás, aparenta ainda ser aplicável nos dias de hoje. Rodrigues (2020) afirma que nos últimos 30 anos, as taxas de suicídio no Brasil e no mundo aumentaram de forma considerável. Além disso, Dr. Frank Campbell, estudioso na área de suicidologia há mais de 30 anos, aponta em uma entrevista realizada por Rufo (2016), que é cinco vezes mais provável que um policial use sua arma em si mesmo do que em eventuais criminosos. Rufo (2016) também entrevista o Dr. Denis Adams, um terapeuta clínico da polícia de Chicago, que reforça os argumentos de Minois enquanto também apresenta o que denomina de “Os três M’s do suicídio policial”, que também pode ser aplicado a outros agentes da segurança pública, sendo esses:

- 1 Motivação: a causa para o profissional querer cometer suicídio. O terapeuta aponta que muitas vezes esta advém de conflitos pessoais, como um divórcio que o indivíduo não queria ou conflitos onde ele não tenha controle.
- 2 Método: como o agente da segurança pública planeja seu suicídio, como e por quem seu corpo será encontrado. É importante notar que nem sempre existe um planejamento profundo e que tais escolhas podem ser baseadas puramente em impulsos emocionais.
- 3 Maneira: de que forma o indivíduo deve tirar sua própria vida. Os números apontam que geralmente utiliza-se sua própria arma de fogo em preferência a outras maneiras, como enforcamento, overdose, etc.

Após análise em escala macro, nota-se que esse padrão se repete também no Brasil. No estado de São Paulo, cuja situação em relação ao suicídio dos agentes da segurança pública, mais especificamente o suicídio de policiais, é a mais alarmante do país: o Instituto de Pesquisa

---

<sup>1</sup> “Dans la période 1875-1885, pour laquelle on dispose de chiffres fiables, on constate que les militaires se tuent deux fois plus que les civils en France, trois fois plus en Angleterre, quatre fois plus en Allemagne, six fois plus en Autriche, sept fois plus en Russie, neuf fois plus en Italie”

<sup>2</sup> “Deux causes essentielles sont à l'origine de ce phénomène : les rigueurs du règlement et de la vie militaire en général, facteurs de frustrations et d'inhibitions, pour les motifs; l'accoutumance à la violence et la possession d'une arme à feu, pour les moyens. Les militaires ont toujours à portée de la main le moyen de se tuer, ce qui, dans une phase dépressive, annule le délai entre la décision du suicide et l'exécution, délai qui peut favoriser la réflexion.”

Econômica Aplicada, apontou em 2017 uma taxa de suicídio de aproximadamente 5,1 policiais a cada 100 mil habitantes paulistas. Em consonância, outro estudo realizado entre 2017 e 2018 pela Polícia Civil do estado, que possuía aproximadamente 28 mil agentes na época do estudo, indicou uma taxa de 30,3 policiais vítimas de suicídio a cada 100 mil. Durante a divulgação desses dados, a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo (2019) recomendou a criação de políticas públicas para o auxílio dos policiais, tendo em vista a inexistência destas até o momento do estudo.

Porém, não é só São Paulo que possui essa discrepância preocupante. Sousa (2016) realizou um levantamento comparativo das taxas de suicídio dos funcionários da SSPDS-CE e das taxas de civis cearenses entre 2000 e 2014. Tal levantamento apresentou que a média do risco relativo de um agente da segurança pública tirar a própria vida comparado a um civil foi mais de 4 vezes maior (Sousa, 2016). Vale ressaltar que nesta época o amparo psicológico a esses profissionais era praticamente nulo. Desta forma, comprova então que a problemática aqui abordada não é uma questão sazonal ou esporádica, e sim uma questão pertinente e que deve ser tratada.

#### **4.2 A relação trabalho/saúde dos agentes da segurança pública no decorrer de sua história**

A pressão cotidiana do trabalho está repleta de estresse. De acordo com Cruz (2010) a relação da saúde física e mental com essa tensão laboral apresenta malefícios à saúde que podem incapacitar parcial ou totalmente os trabalhadores, restringindo sua autonomia e capacidade produtiva. Com o profissional da área de segurança pública não é diferente: A figura desses agentes, especialmente de policiais militares e civis, por vezes é associada a imagem do herói ou do opressor, porém esse indivíduo é um trabalhador humano, cujo as atividades que desempenha e o meio em que atua, por si só já apresentam um alto risco a saúde física e elevado nível de estresse, pois “seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam” (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008: p. 18).

O modelo de corporações da segurança pública no país originou-se de uma forma diferente da que se vê hoje. Todavia, corporações como a Polícia Militar (PM) que conhecemos hoje surgiram somente no século XIX, por meio da criação da Guarda Real de Polícia (GRP) de Lisboa, baseada no modelo de segurança da França. Bretas, Rosemberg (2013) definem esse momento como ponto de fundação da Polícia Brasileira. A GRP de Lisboa seria antecessora a toda a estrutura da PM e consequentemente dos agentes da segurança pública brasileira, visto que em 1809, pouco depois de chegar ao Brasil, a família real instaurou a versão brasileira da GRP, que seria nomeada de Divisão Militar da Guarda Real de Polícia.

Por meio do decreto nº 155 de 14 de janeiro de 1890, a GRP se tornou o Regimento

Policial da Capital Federal, e foi posta sob as ordens imediatas do ministro dos Negócios da Justiça e do chefe de Polícia. Ainda no mesmo ano, em 6 de novembro, seria regulamentada também a Brigada Policial da Capital Federal, sendo esse órgão responsável por velar pela segurança pública, manter a ordem e executar as leis, além de ainda poder ser convocada para auxiliar o Exército em casos de guerra. Porém, mesmo com todas as mudanças, o *modus operandi* da polícia continuaria sendo por meio de patrulhas, rondas, etc., mostrando que o cerne da atividade policial continuava o mesmo.

Quase um século depois houve a Era Vargas, período em que estudos acadêmicos sobre a polícia foram escassos, levando em consideração que “No quadro da ditadura, a aproximação universidade/polícia era recusada de ambos os lados. Mesmo em países democráticos, a polícia via a aproximação acadêmica com enorme desconfiança, dificultando muito o acesso à informação” (BRETAS; ROSEMBERG, 2013: p. 163). Foi nesse período que o conceito de polícia política se acentuou, com a polícia deixando de lado suas tarefas comuns para atender necessidades políticas. Além disso, foi em 1936 que a Lei nº 192 entrou em vigor, que visava limitar o poder das forças militares e colocá-las como subordinadas ao Exército. Durante essa época, a polícia volta a ser infame devido às inúmeras torturas realizadas durante a Chefia de Müller (CANCELLI, 1994). É somente após o fim da Era Vargas que vem a denominação que hoje conhecemos: Polícia Militar.

Não demoraria muito para surgir outro período conturbado na história brasileira: o golpe de 1964. Durante esse período, o Exército dominava o país, e começou uma tentativa de homogeneização das forças policiais brasileiras. O Exército utilizou-se da PM como seu agente disciplinador, sendo assim, “a prioridade poderia ser assim resumida: cabia às PMs, ir para as ruas manter a segurança do Estado através da disciplinarização de uma sociedade rebelde à normalidade e a boa ordem” (MUNIZ, 2001: p.183).

A ditadura criou uma grande mancha que perdura até hoje na história da segurança pública brasileira. A violência passou a ser institucionalizada dentro das forças policiais e das demais corporações que atuam na segurança pública e também surgiu uma grande rivalidade com a população, a qual alguns cidadãos se apoiam até hoje. A associação do profissional atuante na segurança pública com a violência e repressão é um estigma que se tenta apagar e corrigir até os dias atuais, como é o caso da PM que embora atualmente já não responda mais ao Exército, ambos são fortemente associados, intensificando a rixa e a desumanização do agente de segurança pública.

Nos dias atuais, há uma visão praticamente maniqueísta em relação ao garantidor da segurança pública, com uma grande dicotomia entre agente bandido e agente herói, e nenhum dos dois lados considera esse profissional como um ser humano, propenso a falhas e imperfeito, porém não necessariamente ruim e corrupto. Isso faz com que nenhum dos lados procure ajudar esses

trabalhadores, se apoiando de suas próprias premissas e preconceitos em relação a estes indivíduos (RODRIGUES, 2020).

Porém, os agentes da segurança pública possuem uma profissão bastante suscetível a diversos riscos epidemiológicos, voluntários, jurídicos e sociais que podem gerar grandes impactos na sociedade e na vida pessoal deste profissional, permanecendo em constante estado de alerta. Este estado de alerta é decorrente do estresse, pois em uma situação estressante o corpo produz e libera mais dopamina no córtex pré-frontal, uma área do cérebro relacionada a produção de respostas ao estresse, causando a hipervigilância. Este neurotransmissor inibe a ação da serotonina, sendo este segundo relacionado ao equilíbrio do comportamento de defesa (MARGIS et al., 2003).

Sendo o profissional da segurança pública um trabalhador e humano, como todos os outros, ele está sujeito a desenvolver problemas psíquicos como a Síndrome de Burnout, que é um distúrbio caracterizado pelo esgotamento físico e mental decorrente do estresse intrínseco à carga de trabalho. Esta síndrome apresenta sintomas comuns a outras doenças como a depressão e a ansiedade, que refletem nas relações interpessoais, na proatividade ou interesse pelas coisas, na produtividade individual, na performance no trabalho e até mesmo no bem-estar físico (SARTORI, 2006).

A relação entre adoecimento físico e o sofrimento psíquico relacionado à sobrecarga do trabalho na segurança pública é algo que gera a redução da eficácia profissional. Amalbertini (2018: p.5) declara que “Certas empresas ou ofícios enfrentam muito mais imprevistos do que outros”. O exercício do trabalho nessa área é marcado por diversos imprevistos e sacrifícios constantes, inclusive o da própria vida em favor da vida do outro (OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

Essa é uma questão levantada por Émile Durkheim anos atrás, quando retratou o suicídio e suas tipologias e aspectos sociais relativos a isso, em sua obra “O Suicídio” (1952). Uma das definições dele foi a do o suicídio altruísta, que ele associa ao cumprimento do dever dos agentes da segurança pública, por causa do espírito militar e do estado altruísta que ele implica.

A incidência de suicídios é comumente atrelada à saúde mental, que assim como a saúde física precisa ser tratada regularmente para que o indivíduo tenha qualidade de vida. De acordo com a definição estabelecida pela OMS desde 1947, a saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. Entretanto, a vinculação da “loucura” às doenças psicossomáticas faz com que muitos civis e agentes da segurança pública não busquem ajuda profissional e com isso a situação se agrava, culminando no suicídio.

#### **4.3 Os desafios presentes no trabalho dos agentes da segurança pública**

Desde a década de 1960, a atividade criminosa aumentou significativamente na maior parte do mundo. A forma tradicional de combater o crime está centrada na identidade dos protetores sociais, e muita responsabilidade está nas mãos desses profissionais. Cohen et al. (1994) apontam que a atividade da área de segurança pública continua a colocar seus agentes em situações complexas e, nessas circunstâncias, esses profissionais possuem grande potencial para trazerem o bem ou o mal para a sociedade.

Os agentes da segurança pública, mais especificamente os agentes policiais, seguem os dois modos de burocracia: militar e civil. Em tese, a polícia é a executora da lei. Ela detém a violência jurídica do país e age com imparcialidade e contata a sociedade de forma profissional. Portanto, independentemente de como os indivíduos tratam os interesses comuns, é seu papel desempenhar as funções oficiais de maneira neutra e seguir os procedimentos de rotina. Rogers et al. (2007) exacerbaram a dificuldade dessa neutralidade, apontando como os agentes da segurança pública encontraram situações que os obrigaram a renunciar aos seus valores pessoais, por exemplo, os policiais participarem de uma reunião de amigos e constatarem que muitos deles utilizavam substâncias ou medicamentos que são ilegais, ou bombeiros que precisam ser imparciais em suas operações de resgate.

No entanto, os indicadores que analisam o desempenho desses profissionais estão associados a diversos comportamentos que não condizem com os comportamentos que viveram durante a maior parte da carreira. A segurança pública tem inúmeros requisitos para a mediação de conflitos, ou seja, o contato direto com as pessoas que precisam encontrar soluções nas agências garantidoras da segurança pública. Contudo, o próprio estado avalia a segurança pública com base em indicadores como boletins de ocorrência, prisões flagrante e ações antidrogas. Portanto, o caminho que os profissionais que os instruem devem seguir é voltado para essas ações, o que acaba impactando negativamente na confiabilidade social da polícia.

Portanto, esses problemas não apenas pressionam constantemente os profissionais de segurança pública, mas também pressionam cada vez mais os profissionais de segurança pública a cada dia. Conflitos, desvios, guerras antidrogas devem ser enfrentados todos os dias e decisões conflitantes devem ser tomadas, que podem significar vida ou morte. O estresse afeta gradativamente a psicologia desses profissionais, afetando suas vidas profissional e pessoalmente. Eles estão na linha de frente e mantêm a ordem social e a segurança da cidade, dessa forma, o descaso do estado com a saúde mental desses trabalhadores pode significar também o fracasso das políticas de segurança pública.

#### **4.4 O panorama nacional e estadual do suicídio dos agentes da segurança pública e seus**

## **indicadores**

Inicialmente, para fins de transparência e veracidade desse trabalho, é importante o apontamento de alguns aspectos do suicídio e a relação desse fenômeno com os seus indicadores. Primeiramente, deve ser exposto que a tentativa de suicídio está presente na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde públicos e privados, estabelecido pela Portaria nº 1.271 de 6 de junho de 2014 do Ministério da Saúde, com sua notificação devendo ser realizada em até 24 horas a partir do conhecimento da tentativa.

Porém, tal determinação não é cumprida com a frequência que se deveria, tendo em vista que muitas vezes o suicídio e a tentativa de suicídio não são notificados, se passando despercebidos para as autoridades e profissionais da saúde. Sendo assim, acerca desse fenômeno e assim como outros inúmeros fenômenos sociais, é impossível obter a real dimensão de suicídios, tentativas de suicídios e os indicadores relacionados a ele em números exatos, sendo necessária então uma grande cautela nas análises numéricas.

O suicídio possui essa incerteza ainda mais agravada devido à natureza do mesmo, que, como anteriormente exposto nessa pesquisa, ainda é estigmatizada e rechaçada por uma parcela da sociedade, causando uma grande subnotificação dos números de suicídios e tentativas de suicídio. Os estudos da ABP em parceria com o CFM no ano de 2014 apontaram que a cada 100 brasileiros, cerca de 17 possuíam pensamentos suicidas, cinco chegaram a planejar o próprio suicídio, três chegaram a tentar e, de toda esse grupo de indivíduos, somente um recebeu atendimento em pronto-socorro comprovadamente relacionado aos seus atos suicidas.

O suicídio é constantemente deixado de lado em seus diversos estágios. Durante as ideações suicidas, o indivíduo e as pessoas à sua volta podem desconsiderar tais pensamentos e não notificá-los. Durante o planejamento, o indivíduo pode querer manter para si os planos na tentativa de que ninguém o impeça de atuar e não notificá-lo. Após a tentativa, o ato pode ser escondido pelo próprio indivíduo, por pessoas próximas ou até por falha médica, considerando a ação como algo acidental e não classificando a tentativa da forma correta. Por último, quando o suicídio é consumado, pessoas próximas ao indivíduo podem esconder a real razão da morte do indivíduo por medo de repercussões sociais, como pais que se negam a aceitar que um filho escolheu tirar a própria vida, ou o próprio indivíduo pode escolher tirar sua própria vida de uma maneira que pareça acidental aos olhos externos, seja para esconder a verdade mesmo após sua morte ou de maneira involuntária.

No caso dos policiais e agentes da segurança pública, a subnotificação é ainda mais intensa, tendo em vista que a morte de um policial por suicídio faz com que o direito de seguro de

vida seja anulado, estimulando ainda mais os familiares e pessoas próximas à vítima a esconderem a real natureza da morte do mesmo. Além disso, a própria natureza periculosa do trabalho policial dificulta a identificação de alguns suicídios, como exposto por Lord; Sloop (2010)

“Os critérios que comprovam o suicídio, ou morte auto infligida, são propensos a excluírem vários suicídios reais, rotulando-os como acidentes ou tiroteios envolvendo policiais. É ainda mais difícil obter um número preciso sobre as tentativas de suicídio. Os números de tentativas de suicídio geralmente vêm de informações constadas em relatos próprios em ambientes médicos ou relatórios policiais”<sup>3</sup>(LORD; SLOOP, 2010: p.889)

Embora os autores utilizem o trecho para tratar de civis que resolvem se suicidar utilizando o tiroteio com policiais, não há como se negar a possibilidade de o inverso também acontecer, com o agente policial voluntariamente participando de tiroteios com traficantes de forma desleixada, ou ativamente tentando ser atingido no intuito de perder a própria vida num “suicídio velado”, que seria mascarado como uma eventual vítima de tiroteio e não acarretaria em consequências negativas para sua família e nem para sua imagem *post mortem*. Independente dos motivos, já é um fato conhecido por todos os estudiosos da temática que os reais números de suicídios, tentativas de suicídio e ideações suicidas é consideravelmente maior do que os reportados em fontes oficiais.

Porém, ainda é de suma importância a existência desses índices e a apresentação dos mesmos, tendo em vista que não há como se combater um problema sem primeiro conhecer seus aspectos e dimensões. Para tal apresentação, os índices aqui expostos serão oriundos de duas fontes: os dados coletados pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção (GEPeSP), posteriormente analisados e coletados por seu desdobramento que é o IPPES, para os relatórios anuais de Notificação de Mortes Violentas Intencionais entre Profissionais de Segurança Pública no Brasil em conjunto com os dados do FBSP expostos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Para ambas as fontes, serão analisados os relatórios anuais pertinentes aos anos de 2019 a 2021.

Vale acrescentar que as tabelas apresentadas nesse capítulo serão consideradas de caráter parcial, representando apenas alguns estados tendo em vista que as tabelas completas são complexas e possuem muitos dados em branco sendo não intuitivas para o leitor. As tabelas parciais aqui expostas apresentarão os estados com as maiores ocorrências e os estados que serão mencionados no decorrer desse estudo, não representando a totalidade dos dados coletados acerca do cenário nacional e de diversos outros estados. Com isso, as tabelas completas estarão presente em anexo, caso o leitor sinta a necessidade ou curiosidade de obter algum outro dado adicional.

---

3 “The criteria of proof of suicide, or self-inflicted death, are likely to exclude a number of actual suicides by labeling them as accidents or police involved shootings. It is even more difficult to get an accurate figure on attempted suicides. Figures for attempted suicides usually come from self-report information in medical settings or police reports”

Sobre os dados levantados pelo FBSP, um fator que deve ser destacado é a inconsistência dos índices apresentados nos relatórios anuais. Durante os relatórios dos anos de 2019, 2020 e 2021, há diferenças entre os estudos de ambas as fontes quando comparadas às suas versões dos anos anteriores. Tal diferença pode ser oriunda da atualização dos dados ou de investigações criminais, porém é importante ter em vista que os estudos presentes no relatório anual apresentam os índices de anos anteriores, que chegam a diminuir quando comparados com as versões anteriores desses relatórios anuais. Para a melhor compreensão acerca desse problema, convém analisar as Tabelas 1, 2 e 3, que expõem os dados do Ceará para a compreensão do panorama nesse estado e dos estados de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, tendo em vista que são os estados com os maiores números de ocorrências registradas.

Tabela 1 – Tabela parcial: Números absolutos de suicídios de Policiais Militares e Civis em atividade por Unidades da Federação nos anos 2017 e 2018, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Brasil e Unidades da Federação	Polícia Militar Nºs Absolutos		Polícia Civil Nºs Absolutos	
	2017	2018	2017	2018
BRASIL	53	82	21	24
Ceará	-	2	-	-
Minas Gerais	9	10	1	4
Paraná	6	8	2	3
Rio de Janeiro	5	3	3	-
São Paulo	16	20	10	10

(-) Fenômeno inexistente

Fonte: Fundo Brasileiro de Segurança Pública, com base em dados fornecidos por Secretarias de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social, Polícias Civis e Instituto de Segurança Pública/RJ, 2019.

Tabela 2 – Tabela parcial: Total de suicídios de Policiais Militares e Civis em atividade, taxa de suicídio e variação anual por Unidades da Federação nos anos 2017 e 2018, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Brasil e Unidades da Federação	Suicídios PM + PC				
	Nºs Absolutos		Taxa (por 1.000 policiais)		Variação (em %)
	2017	2018	2017	2018	
BRASIL	74	106	0,1	0,2	43,20%

Ceará	-	2	-	0,1	...
Minas Gerais	10	14	0,2	0,3	40,00%
Paraná	8	11	0,3	0,4	37,50%
Rio de Janeiro	8	3	0,1	0,1	-62,50%
São Paulo	26	30	0,2	0,3	15,40%

(-) Fenômeno inexistente

(...) Média incalculável por ausência de dados

Fonte: Fundo Brasileiro de Segurança Pública, com base em dados fornecidos por Secretarias de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social, Polícias Civis e Instituto de Segurança Pública/RJ, 2020.

Tabela 3 – Tabela parcial: Número absoluto de suicídios de Policiais Militares e Civis em atividade por Unidades da Federação nos anos 2018 e 2019, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Brasil e Unidades da Federação	Polícia Militar Nºs Absolutos		Polícia Civil Nºs Absolutos	
	2018	2019	2018	2019
BRASIL	67	65	26	26
Ceará	2	7	0	4
Minas Gerais	-	-	4	2
Paraná	8	6	3	2
Rio de Janeiro	3	4	0	2
São Paulo	20	18	12	10

(-) Fenômeno inexistente

Fonte: Fundo Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados fornecidos por Secretarias de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social, Polícias Civis e Instituto de Segurança Pública/RJ, 2020.

À primeira vista, nota-se uma diferença em números que deveriam ser iguais quando comparadas as tabelas. Embora os dados do FBSP sejam adquiridos das mesmas fontes, alguns números divergem de forma inesperada, com dados que aparecem na tabela do Anuário de 2019 sendo omitidos ou até zerados na edição do ano seguinte que possui as mesmas fontes de dados. A discrepância mais visível entre essas tabelas vem com o caso de Minas Gerais, onde primeiramente aponta-se que 10 policiais militares do estado mineiro tiraram a própria vida no ano de 2018 e logo em seguida, na tabela elaborada em 2020, o FBSP aponta um índice zerado de suicídio entre esse mesmo público. Essa incongruência, em específico, é explicada pelo FBSP que explicita que os dados de suicídio da Polícia Militar de Minas Gerais são classificados com grau de sigilo reservado. Tendo em vista que os dados estavam presentes durante o relatório de 2019, é possível afirmar que tal restrição foi criada entre os dois relatórios, após o conhecimento do número alarmante

apresentado pelo estado.

A criação de um sigilo desses dados é alarmante para o cenário da problemática no estado de Minas Gerais e também para o cenário nacional, ao se considerar que a restrição imposta é contraintuitiva às políticas de prevenção de suicídio, ainda mais no estado que apresentou o segundo maior número absoluto de suicídios de Policiais Militares e Civis no país inteiro. Adicionalmente, provoca o pensamento acerca de quais outros estados também estão colocando seus dados sob sigilo e se negando a discutir a temática, cada vez mais dificultando a compreensão total desse problema que possui solução e deve ser exposto e estudado por todo o Brasil.

No contexto cearense, as tabelas anteriormente demonstradas estão compatíveis, com uma igualdade nos números do fenômeno para 2018. Porém, a situação no estado não está boa: segundo o levantamento do FBSP, o estado cearense teve o maior aumento percentual de suicídios no ano de 2019, com 446,9% a mais quando comparado ao ano anterior, Esse aumento é mais de quatro vezes maior que o segundo colocado: Tocantins cujo aumento entre os anos foi de 102,8%. Além disso, o Ceará também apresenta a segunda maior taxa de suicídio por 1.000 policiais, com 0,5 a cada 1000 policiais militares e civis cometendo suicídio, ficando atrás somente de Mato Grosso do Sul, que possui a taxa de 0,7 suicídio de policiais militares e civis a cada 1000, como demonstrado na Tabela 4, que expõe os dados dos estados anteriormente mencionados nas Tabelas 1, 2 e 3 e também os estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins, para a exposição de aspectos discorridos acerca dos indicadores desses estados.

Tabela 4 – Tabela parcial: Total de suicídios de Policiais Militares e Civis em atividade, taxa de suicídio e variação anual por Unidades da Federação nos anos 2018 e 2019, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Brasil e Unidades da Federação	Suicídios Polícia Militar e Polícia Civil				
	Nºs Absolutos		Taxa (por 1.000 policiais)		Variação (em %)
	2018	2019	2018	2019	
BRASIL	93	91	0,2	0,2	-2,50%
Ceará	2	11	0,1	0,5	446,90%
Minas Gerais	4	2	0,1	0	-49,50%
Mato Grosso do Sul	3	5	0,5	0,7	58,30%
Paraná	11	8	0,5	0,3	-24,20%
Rio de Janeiro	3	6	0,1	0,1	100,50%
São Paulo	32	28	0,3	0,2	13,30%

Tocantins	1	2	0,2	0,4	102,80%
-----------	---	---	-----	-----	---------

Fonte: Fundo Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados fornecidos por Secretarias de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social, Polícias Cíveis e Instituto de Segurança Pública/RJ, 2020.

Com isso em mente, convém expor através das Tabelas 5 e 6 os índices levantados pelo FBSP no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, que trata dos índices de suicídios entre essa população durante os anos de 2019 e 2020, para maior compreensão desses números e obter o panorama mais recente acerca do fenômeno segundo o FBSP e suas respectivas fontes.

Tabela 5 – Tabela parcial: Número absoluto de suicídios de Policiais Militares e Cíveis em atividade por Unidades da Federação nos anos 2019 e 2020, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Brasil e Unidades da Federação	Polícia Militar		Polícia Civil	
	Nºs Absolutos		Nºs Absolutos	
	2019	2020	2019	2020
BRASIL	69	40	13	10
Ceará	7	...	-	1
Minas Gerais	...	...	2	2
Paraná	6	7	2	1
Rio de Janeiro	4	7	2	-
São Paulo	18	...	...	...

(-) Fenômeno inexistente

(...) Informação não disponível

Fonte: Fundo Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados fornecidos por Secretarias de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícias Cíveis e Polícias Militares, 2020.

Tabela 6 – Tabela parcial: Total de suicídios de Policiais Militares e Cíveis em atividade, taxa de suicídio e variação anual por Unidades da Federação nos anos 2019 e 2020, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Brasil e Unidades da Federação	Suicídios Polícia Militar e Polícia Civil				
	Nºs Absolutos		Taxa (por 1.000 policiais)		Variação (em %)
	2019	2020	2019	2020	
BRASIL	82	50	0,2	0,1	15,60%
Ceará	7	1	0,3	0	-85,70%
Minas Gerais	2	2	-	-	...
Paraná	8	8	0,3	0,3	0,00%

Rio de Janeiro	6	7	0,1	0,1	16,70%
São Paulo	18	...	0,2	0	-100,00%
(-) Fenômeno inexistente			(...) Informação não disponível		

Fonte: Fundo Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados fornecidos por Secretarias de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícias Cíveis e Polícias Militares, 2020.

Novamente, observa-se uma discrepância considerável entre os números pertinentes ao ano de 2019 apresentados no relatório do ano anterior quando comparados ao Anuário de 2021, com o número de policiais civis no país que cometeram suicídio no ano de 2019 passando de 26 para 13, caindo então pela metade. Dessa vez, a grande diferença vem devido à falta de dados do estado de São Paulo que, assim como Minas Gerais, não disponibilizou uma informação em 2021 que já havia sido anteriormente passada para o FBSP, além de não passar nenhum dado pertinente ao ano de 2020 para o prosseguimento da pesquisa.

É inegável então que o suicídio policial e dos demais agentes da segurança pública ainda é um mistério em muitos aspectos. Essas incertezas e discrepâncias agravam-se ainda mais quando são postas outras fontes de dados, como os estudos do GEPeSP e, a partir de 2020, do IPPES. O GEPeSP e o IPPES possuem uma abordagem diferente do FBSP, coletando seus dados por meio das notificações relatadas ou enviadas para o grupo, admitindo-se uma metodologia mais informal do que o FBSP. Sendo assim, o GEPeSP e o IPPES não conseguem coletar dados de todos os estados e nem a totalidade dos dados onde tem acesso, admitindo que há uma subnotificação presente em seus estudos e que suas amostras não representam o verdadeiro escopo da temática no país. Além disso, apontam a invisibilidade institucional e social do suicídio como uma das principais potenciais causas dessa subnotificação.

Porém, os estudos do IPPES e do GEPeSP são de suma importância para a compreensão de um fenômeno que possui fontes oficiais e acadêmicas tão escassas no território brasileiro, ainda mais levando-se em conta a atenção e dedicação que esses estudiosos possuem com os dados levantados. Em suas atividades, eles vão além dos estudos do FBSP, que se contenta apenas com as notificações de suicídios consumados, e procuram índices também de tentativas de suicídio, homicídios seguidos de suicídios e os números de mortes indeterminadas que possuem a suspeita de suicídio como causa *mortis*. Além da maior compreensão de dados, o GEPeSP e o IPPES também trazem um escopo maior de agentes da segurança pública, não estudando somente os policiais militares e civis como os estudos apresentados anteriormente. Vale-se acrescentar que um dos instrutores do CATS, José Edir Paixão de Sousa, participou do relatório anual de 2019 do GEPeSP, trazendo para o mesmo uma grande influência cearense na temática e colaborando com a riqueza

dos dados pertinentes ao estado, expostos a seguir na Tabela 7. Para essa tabela, foram expostos os dados do Ceará para a compreensão do cenário cearense, e os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal também foram expostos devido ao grande número de ocorrências registradas nessas localidades

Tabela 7 – Tabela parcial: Distribuição das notificações de suicídios, tentativas de suicídios, homicídio seguido de suicídio e mortes com suspeita de suicídio entre profissionais da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal em 2018 por Unidades da Federação, segundo boletim de 2019 do Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção

Brasil e Unidades da Federação	Suicídio consumado	Tentativa de suicídio	Homicídio seguido de suicídio	Morte por causa indeterminada (suspeita)	Total
BRASIL	53	14	14	7	88
Ceará	9	-	-	-	9
Distrito Federal	5	-	1	2	8
Minas Gerais	5	-	2	-	7
Rio de Janeiro	4	9	-	2	15
São Paulo	11	3	4	1	19

(-) Notificações inexistentes

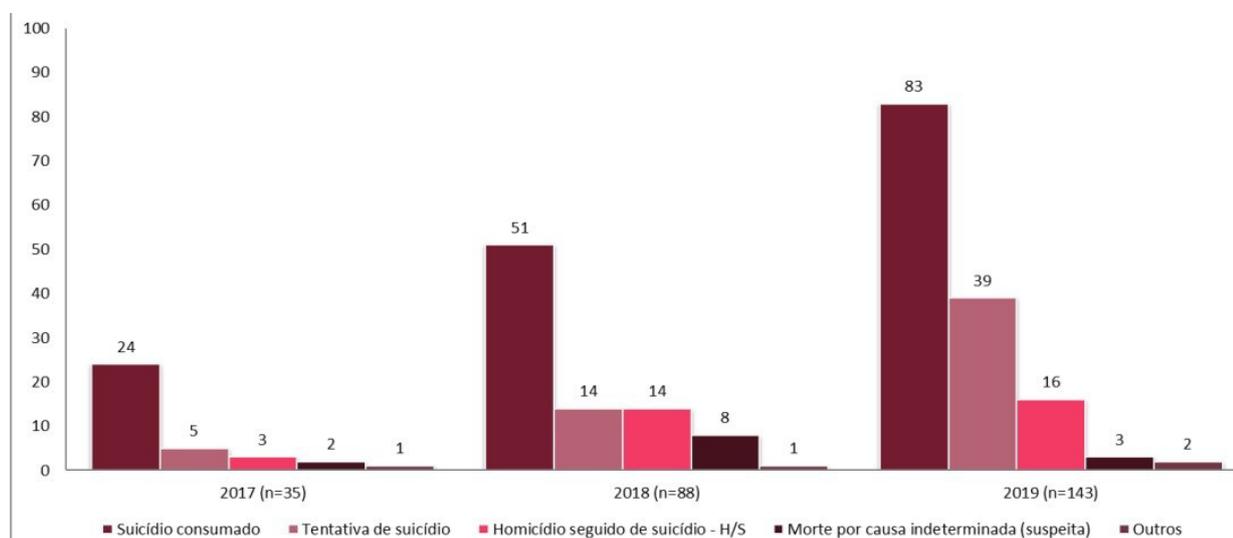
Fonte: MIRANDA et al., 2019.

Imediatamente, é possível observar diferenças entre os números da Tabela 7 e os números apresentados pelo FBSP pertinentes ao ano de 2018. Porém, um fator similar a ambas as fontes é o nível de alerta para os números no estado do Ceará, que novamente aparece em um destaque indesejado. O estado cearense, mesmo possuindo uma população e força policial significativamente menores do que Rio de Janeiro e São Paulo, possui índices de suicídio de agentes da segurança pública que estão equiparados aos territórios fluminense e paulista e detém a terceira maior soma das ocorrências notificadas, chegando a passar o Rio de Janeiro em número de suicídios consumados e sendo o segundo maior estado do país em suicídios dos agentes da segurança pública com nove ocorrências, atrás apenas de São Paulo com 11 ocorrências. Esse número é extremamente próximo e chega a ser proporcionalmente maior ao se levar em conta a grande diferença no número total de agentes da segurança pública de cada estado, tendo em vista que só no âmbito da PM, o estado de São Paulo possui cerca de 110 mil policiais e o território cearense conta com aproximadamente 20 mil desses profissionais (MIRANDA et al., 2020).

Após o ano de 2019, é criado o IPPES, originado de um desdobramento do GEPeSP, e, a partir de 2020, os boletins anuais de Notificação de Mortes Violentas Intencionais entre Profissionais de Segurança Pública no Brasil passam a ser organizados pelo IPPES. A popularidade do grupo aumenta, ganhando merecido reconhecimento na temática e, conseqüentemente, uma maior notificação de casos, que são compartilhados para o instituto por meio de grupos em redes sociais com diversos agentes da segurança pública de diferentes estados. Em conjunto com esses dados, o IPPES também realizou levantamentos de várias notícias em jornais ou websites locais, novamente destacando a escassez de suporte oficial por parte das autoridades públicas acerca do levantamento de dados dessa temática. Por último, no boletim de 2020 o grupo resolveu segmentar ainda mais os seus dados, separando homicídio seguido por tentativa de suicídio, tentativa de homicídio seguido por suicídio e tentativa de homicídio seguido por tentativa de suicídio em uma nova categoria de análise, denominada de “outros” devido ao grande espectro abrangido pela mesma.

O boletim de 2020 começa com uma tabela que apresenta índices nacionais do fenômeno durante os anos de 2017 a 2019 que foram coletados pelo GEPeSP, dividindo as notificações em suicídio consumado, homicídio seguido por suicídio, mortes por causa indeterminada com suspeita de suicídio, tentativa de suicídio e outros, como será exposto no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição de índices de suicídio, tentativas de suicídio, homicídio seguido de suicídio e outros entre as ocorrências notificadas ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção nos anos de 2017 a 2019, segundo o Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio



Fonte: MIRANDA et al. 2020.

É importante considerar os acréscimos anuais consideráveis expostos no Gráfico 1, tendo em vista que de 2017 para 2019, o número de ocorrências recebidas pelo GEPeSP mais do que quadruplicou. Embora a ascensão de popularidade e reconhecimento do grupo no decorrer dos anos possa ser um dos fatores desse aumento, é possível que a maior parte dessa mudança seja devida ao aumento real de casos, embora o grupo não possa comprovar ou negar essa teoria. Porém, o que pode ser comprovado ao comparar os números do boletim de 2020 é que os dados do ano de 2018 não coincidem perfeitamente com os apresentados para o mesmo ano durante o boletim de 2019, exposto na Tabela 7, que também utilizou como fonte as ocorrências recebidas pelo GEPeSP. Embora o número absoluto de ocorrências esteja igual, duas das ocorrências que foram categorizadas como suicídio consumado acabaram sendo realocadas, com uma passando-se para a categoria de outras ocorrências e a outra sendo modificada para uma morte com suspeita de suicídio. Enquanto a primeira alteração pode ser compreendida com a ideia de que a ocorrência em questão poderia ser mais específica que um suicídio consumado, como a tentativa de homicídio seguida de suicídio, que não possuía sua categoria própria porém ainda era um suicídio consumado, a alteração de uma ocorrência anteriormente considerada um suicídio consumado para agora a classificação como uma morte com suspeita de suicídio levanta dúvidas acerca dessas questões, provocando questionamentos sobre as potenciais razões para uma ocorrência anteriormente ter a certeza de um suicídio e repentinamente volta-se a dúvida.

Ainda no relatório anual de 2020, é importante trazer para esse estudo a divisão por estados das ocorrências relatadas, presentes aqui por meio da Tabela 8. Deve ser acrescentado que, infelizmente, o estudo não disponibiliza a divisão estadual de todas as categorias de dados, atendo-se somente às ocorrências de suicídio consumado e homicídio seguido de suicídio. Assim como nas outras tabelas, os estados expostos a seguir foram escolhidos com base na frequência de ocorrências e na necessidade de compreensão do cenário cearense.

Tabela 8 – Tabela parcial: Ocorrências de suicídio consumado e de homicídio seguido de suicídio em 2019 por Unidade Federativa, segundo Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio

Brasil e Unidades da Federação	Suicídio consumado	Homicídio seguido de suicídio	Total
BRASIL	82	16	98
Ceará	7	1	8
Minas Gerais	10	-	10
Rio de Janeiro	13	-	13

São Paulo

15

8

23

(-) Notificações inexistentes

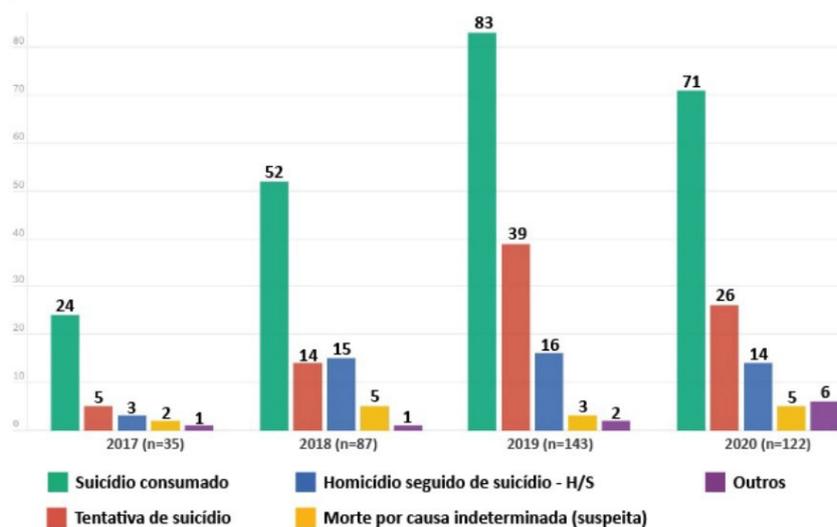
Fonte: MIRANDA, et al., 2020.

Novamente, nota-se a ausência de alguns estados, em especial Roraima, que não está em nenhum dos dados do IPPES nem do Grupo de Estudos e Pesquisas em Suicídio até esse momento, e também Rio Grande do Norte, que possui dados disponíveis apenas do boletim de 2019 do GEPeSP. Acerca do cenário cearense, o estado encontra-se outra vez perto do topo da lista, dessa vez sendo o quarto estado brasileiro com maior número de ocorrências e estando atrás apenas de estados da região sudeste, que possuem uma população policial maior. Com isso, se confirma a necessidade de alerta para os suicídios dos agentes da segurança pública no território cearense.

Ademais, os estudos do Boletim de 2020 do IPPES atentam para os índices cearenses mais uma vez ao tocarem especificamente na PM, onde o Ceará é um dos únicos três estados do Brasil a apresentar uma taxa de suicídio consumado nessa parcela de policiais, ativos e inativos, que é superior a 2 casos a cada 10 mil profissionais. O estado cearense possui uma taxa de 2,2 suicídios consumados a cada 10 mil policiais militares e está atrás apenas de Alagoas, com uma taxa de 4,5 a cada 10 mil, e Piauí, com a taxa de 3,5 casos a cada 10 mil. Nota-se que estados como São Paulo e Rio de Janeiro, que constantemente aparecem acima do Ceará em número absoluto de casos, possuem uma taxa muito menor de ocorrências de suicídio a cada 10 mil militares, sendo esta de 0,9 em ambos (MIRANDA et al., 2020).

Em seguida, convém analisar o Gráfico 2, que contém a distribuição entre as categorias de notificações recebidas pelo IPPES acerca das ocorrências de 2020, expostas no Boletim IPPES de 2021. As divisões de categoria de cada notificação continuaram as mesmas do ano anterior, com as ocorrências divididas nas 5 categorias anteriormente explicitadas.

Gráfico 2 – Distribuição de índices de suicídio e tentativas de suicídio entre as ocorrências notificadas nos anos de 2017 a 2020, segundo estudos do Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio e Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção



Fonte: CRUZ et al., 2021.

Com esse gráfico em vista, é possível notar novamente uma alteração na classificação dos índices de 2018, um fato curioso ao levar em conta que os anos de 2017 e 2019 permaneceram completamente inalterados em relação aos índices apresentados para esses anos no boletim do ano anterior, exposto no Gráfico 1. Tal discrepância não possui causa definida e nem é mencionada durante o boletim, reforçando-se a noção de que os estudos nessa temática ainda são iniciais no Brasil e precisam de maior apoio para o fortalecimento.

Acerca do ano de 2020, percebe-se uma diminuição de casos notificados em relação ao ano de 2019, que pode ser justificada não somente pela possibilidade de uma real redução das ocorrências, mas também por uma redução na taxa de notificações desses acontecimentos, com mais suicídios sendo consumados de forma despercebida. Levando em conta que além de notificações para sua rede o IPPES se utiliza da mídia como fonte de informação, é possível que a agenda midiática tenha dado um menor enfoque para a temática do suicídio no ano de 2020, consequentemente reduzindo o número de ocorrências notificadas.

Com isso em mente, ao se tocar na agenda midiática durante o período de 2020, é impossível não mencionar a pandemia do coronavírus que chegou no território brasileiro no começo de 2020 e rapidamente dominou o país. A pandemia foi um dos assuntos mais comentados em todo o país, e isso não foi diferente nos meios midiáticos e acadêmicos, que diariamente produziam conteúdo acerca da doença. A agenda pública das autoridades também seguiu a tendência das agendas midiáticas, sociais e acadêmicas, e o vírus do COVID-19 virou o maior foco de toda a área da saúde, consequentemente deixando outras diversas temáticas da saúde pública de lado, com hospitais lotados de pacientes da pandemia e sem leitos para as demais enfermidades, que acabaram sem um tratamento adequado ou sequer notificadas. A saúde mental não foi diferente, e essa área que já possui inúmeras barreiras na sua trajetória de reconhecimento e tratamento, encontrou mais uma durante esse sombrio período de pandemia no país.

Mesmo assim, nos seus estudos de 2021 o IPPES procurou ir mais a fundo no suicídio dos agentes da segurança pública, procurando agora segmentar as notificações recebidas nos anos de 2018, 2019 e 2020 por corporações, sendo essas: Polícia Militar (PM), Polícia Civil (PC), Corpo de Bombeiros Militar (CBM), Polícia Penal (PP), Forças Armadas (FA), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Federal (PF) e Guarda Municipal (GM).

Tabela 9 – Distribuição das notificações recebidas pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção/Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio em 2018 por Corporação

Corporação	Suicídio consumado	Tentativa de suicídio	Homicídio seguido de suicídio	Outros	Total anual 2018
Polícia Militar	38	12	11	3	64
Polícia Civil	8	1	4	3	16
Corpo de Bombeiros Militar	2	1	-	-	3
Polícia Penal	1	-	-	-	1
Forças Armadas	-	-	-	-	-
Polícia Rodoviária Federal	2	-	-	-	2
Polícia Federal	1	-	-	-	1
Guarda Municipal	-	-	-	-	-

(-) Notificações inexistentes

Fonte: CRUZ et al., 2021.

Tabela 10 – Distribuição das notificações recebidas pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção/Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio em 2019 por Corporação

Corporação	Suicídio consumado	Tentativa de suicídio	Homicídio seguido de suicídio	Outros	Total anual 2019
Polícia Militar	56	35	8	4	103
Polícia Civil	9	2	3	-	14
Corpo de Bombeiros Militar	3	-	1	-	4
Polícia Penal	3	-	4	-	7
Forças Armadas	3	-	-	-	3
Polícia Rodoviária Federal	2	-	-	-	2
Polícia Federal	3	1	-	-	4
Guarda Municipal	1	-	-	1	2

(-) Notificações inexistentes

Fonte: CRUZ et al., 2021.

Tabela 11 – Distribuição das notificações recebidas pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção/Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio em 2020 por Corporação

Corporação	Suicídio consumado	Tentativa de suicídio	Homicídio seguido de suicídio	Outros	Total anual 2020
Polícia Militar	52	19	18	11	100
Polícia Civil	6	3	3	-	12
Corpo de Bombeiros Militar	6	2	-	-	8
Polícia Penal	-	1	3	-	4
Forças Armadas	3	-	-	-	3
Polícia Rodoviária Federal	3	-	-	-	3
Polícia Federal	1	-	-	-	1
Guarda Municipal	-	1	-	-	1

(-) Notificações inexistentes

Fonte: CRUZ et al., 2021.

Tabela 12 – Números absolutos de notificações recebidas pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção/Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio entre os anos de 2018 a 2020 por corporação

Corporação	Total de notificações de 2018 a 2020
Polícia Militar	267
Polícia Civil	42
Corpo de Bombeiros Militar	15
Polícia Penal	12
Forças Armadas	6
Polícia Rodoviária Federal	7
Polícia Federal	6
Guarda Municipal	3

Fonte: CRUZ et al., 2021.

Após observação das Tabelas 9, 10, 11 e 12, é possível notar uma grande diferença de notificação para cada corporação, com a PM possuindo mais que o dobro de notificações quando comparada a todas as outras organizações juntas, que constam com 91 ocorrências notificadas. A PC também apresenta números consideravelmente maiores que as demais corporações, embora ainda seja aproximadamente seis vezes menor que o número total de suicídios notificados entre os profissionais da PM.

É possível então que os profissionais da PM encontrem-se muito mais vulneráveis que outros agentes da segurança pública no cenário brasileiro, seja pela sua natureza laboral, geralmente

ligada diretamente à segurança ostensiva, por um possível maior tabu com as temáticas de saúde mental e suicídio entre seus profissionais, ou muitos outros fatores agrupados que podem estar em conjunto com os anteriormente citados. Sendo assim, embora seja importante prevenir e estudar todos os suicídios, é recomendável que a PM e a PM sejam os alvos primários de eventuais políticas públicas para a temática. É importante, tendo em vista a maior urgência, formular inicialmente as ações para essas corporações e posteriormente adaptá-las para as realidades das demais corporações: CBM, PP, FA, PRF, PF e GM.

Com isso em mente, CRUZ et al. (2021) estudam as notificações recebidas que envolvem especificamente os PMs, procurando compreender melhor o fenômeno do suicídio dos agentes da segurança pública através de uma análise de um pequeno escopo dessa população. A partir disso, o IPPES realiza uma distribuição estadual das notificações recebidas em 2018, 2019 e 2020 acerca dos PMs em ativa, como exposto na Tabela 13.

Tabela 13 – Taxa de suicídio a cada 10.000 Policiais Militares em ativa por Unidade Federativa durante o período de 2018 a 2020 em estados que tiveram notificações todos os 3 anos, segundo levantamento do IPPES

Unidade Federativa	2018	2019	2020	Média 2018-2020
Alagoas	5,7	2,8	2,8	3,77
Bahia	0,9	1,6	2,6	1,70
Ceará	1,6	3,1	2,6	2,43
Maranhão	0,9	0,9	1,8	1,20
Minas Gerais	0,8	1,5	0,5	0,93
Pernambuco	0,5	0,6	1,1	0,73
Rio de Janeiro	0,5	0,7	1,9	1,03
São Paulo	1,4	1,1	0,5	1,00

(-) Notificações inexistentes

(...) Média incalculável devido à ausência de dados

Fonte: Elaborada pela autora com base em CRUZ et al., 2021.

É importante notar que somente oito estados possuem notificações em todos os três anos estudados, sendo esses: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Dentre esses, o Ceará apresenta a segunda maior taxa média, reforçando a importância dessa temática no estado. Porém, o estado cearense se demonstra engajado com a temática no que concerne aos estudos dos indicadores, tendo em vista que o estado é um dos que mais possui informações do fenômeno quando analisadas as fontes do FBSP e do IPPES.

Entretanto, nem todas as unidades federativas se mostram alertas ao suicídio de seus

agentes, tendo em vista que, no decorrer da análise dos dados aqui apresentados, é possível notar alguns estados que enviam informações escassas ou sequer enviam dados para análise, como é o caso do já mencionado Rio Grande do Norte, que não passou nenhuma informação acerca dos suicídios de seus policiais civis e militares durante os três anos estudados pelo FBSP, nem é possível encontrar notificações de ocorrências dos profissionais do estado nas fontes do IPPES. O sigilo e a subnotificação do problema são umas das principais barreiras para a resolução desse problema público, tendo em vista o ciclo de políticas públicas, modelo inicialmente proposto por Lasswell (1956) para dividir o processo de criação e implementação de políticas públicas que veio se moldando no decorrer do tempo para adaptar as novas necessidades das políticas públicas atuais. Porém, um fator inalterado nesses ciclos está no início do mesmo, que sempre consta com a identificação do problema como um passo inicial nas políticas públicas sobre a temática.

Por último, tais indicadores demonstram que o fator mais preocupante é a falta de aprofundamento e suporte para os estudos dessa temática. É inegável a enorme necessidade de um fomento das autoridades públicas, acadêmicas e das próprias corporações responsáveis pela segurança pública de todo o país. Além disso, o cenário cearense também levanta as recomendações de políticas públicas de prevenção ao suicídio com um foco especial para essa população.

## **5 O CURSO DE ATENDIMENTO A TENTATIVAS DE SUICÍDIO (CATS)**

Embora o suicídio e a saúde mental, especialmente das forças policiais, ainda não tenham o destaque devido na sociedade atual, ainda existem pessoas, instituições, programas e centros que trabalham com a temática. Esses agentes têm como meta prevenir eventuais suicídios e melhorar a qualidade de vida dos agentes da segurança pública e da população geral. Nesse estudo, será analisado um exemplo de tal programa: O Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio (CATS), realizado no Ceará pelo CBMCE.

O CATS será o foco desse capítulo, que terá o objetivo de apresentar ao leitor toda a estrutura desse curso montado pelo CBMCE. Inicialmente, haverá uma breve introdução ao curso nos dias atuais e à sua origem, seguido por aspectos técnicos do curso, apresentando o objetivo geral e os objetivos específicos do mesmo. Em conjunto a isso, na primeira seção desse capítulo também será descrita a metodologia do CATS, com a carga horária atual do curso denominando as atividades teóricas e práticas, com as atividades de cunho prático e a finalização do curso sendo posteriormente descritas com maior detalhamento.

Em seguida, a segunda seção desse capítulo expressa a trajetória do CATS para chegar até os dias atuais, voltando a comentar acerca da origem do curso, dessa vez mencionando algumas barreiras que o curso teve em sua criação por parte de profissionais com estigmas e tabus relacionados à temática. Além disso, também se abordará as inspirações relatadas em entrevistas por Sousa (2021) que serviram para a fundamentação inicial da primeira turma do curso, e como o mesmo se alterou e moldou até chegar no modelo lecionado atualmente pelo CBMCE e chegou ao destaque nacional e internacional, servindo como modelo para a criação de outros cursos de atendimentos a tentativas de suicídio no país e treinando profissionais de todo o mundo.

Com isso em mente, esse capítulo procura trabalhar em cima de todos os aspectos expostos no segundo objetivo específico dessa pesquisa, sendo esse: Explicitar as estruturas de gestão e as atividades realizadas dentro do CATS como um todo, objetivando uma melhor compreensão do mesmo.

### **5.1 O CATS e sua metodologia**

O CATS iniciou suas atividades com a primeira turma no dia 18 de dezembro de 2017 através de uma iniciativa de três membros do CBMCE: o Tenente Coronel José Edir Paixão de Sousa, o Coronel Heraldo, comandante-geral na época da criação do curso, e a Soldada dos

Bombeiros Leoniza, que foi instrutora das primeiras turmas em parceria com o Tenente Coronel Edir. A iniciativa é fruto de um trabalho que vem desde a década de 90, através do trabalho pioneiro do Tenente Coronel do CBMCE Guido Rabelo Nobre, que já era referência nacional e internacional nas temáticas de suicídio e serviu como grande inspiração para os estudos que criariam o CATS. Outra inspiração para a criação do curso veio através do mestrado de Sousa, concluído em 2016 na UFC, onde ele teve um grande apoio de um projeto de extensão da Faculdade de Medicina do Ceará: o PRAVIDA, coordenado pelo Professor Doutor Fábio Gomes de Matos e Souza. (SOUSA, 2020; SOUSA, 2021)

Em entrevista, Sousa (2021) aponta que toda sua participação como instrutor em 2013, 2014 e 2015 no PRAVIDA foi de grande inspiração para a criação do CATS, porém o mesmo procurou expandir um pouco mais sua atuação no tratamento do suicídio. Sousa (2021) faz questão de comentar em entrevista que, embora o PRAVIDA trate a questão da prevenção em si e do manejo na questão médica, em clínicas hospitalares, ele queria também cuidar do manejo da crise suicida com uma situação de urgência e tratar da negociação da crise do indivíduo que tenta o suicídio durante a situação-limite, o que o estimulou a formular o CATS. Além do PRAVIDA, uma outra grande fonte de inspiração apontada por ele foi a obra *Crisis Negotiations: Managing Critical Incidents and Hostage Situations in Law Enforcement and Corrections* dos autores Michael J. McMains, Wayman C. Mullins e Andrew T. Young.

O curso possui como objetivo geral capacitar bombeiros militares, policiais e os demais agentes da segurança pública, saúde pública e áreas afins para atender a ocorrências de tentativas de suicídio nas chamadas situações-limite, que se caracteriza quando o indivíduo tentante está na iminência de consumir o ato de suicídio. O CATS tem como forma principal de atendimento em tais situações uma abordagem humanizada e com grande enfoque no diálogo, procurando deixar intervenções mais bruscas, como a contenção física do tentante, como a última medida adotada para impedir o óbito do indivíduo.

Ademais, o curso também possui três objetivos específicos definidos que, segundo a própria documentação de proposta geral do curso, são os seguintes

1. Formar de gatekeepers (guardiões da vida). Os guardiões da vida irão, a partir do conhecimento de prevenção, intervenção e posvenção em suicídio, ministrado durante o curso, passar a ser observadores dos companheiros de trabalho. Sendo assim, o aluno formado pode acolher de forma solidária, empática e humana em situações de aparente adoecimento mental e/ou pensamentos e comportamentos suicidas, encaminhando-os a

serviços de saúde mental dentro e/ou fora das instituições. Há, ainda, como princípio geral e fundamental dessa formação a necessidade do autocuidado, pois se a primeira segurança é do intervencionista, igualmente ele deverá estar mentalmente, emocionalmente e fisicamente bem para prestar socorro a um companheiro de trabalho ou pessoa da sociedade civil.

2. Formar intervencionistas para situações de crise suicida e tentativas de suicídio.
3. Suscitar a melhoria das relações interpessoais de trabalho, a redução de psicofobia e a diminuição de tentativas e de suicídios consumados.

O curso possui como público-alvo agentes da segurança pública e saúde pública de qualquer esfera, seja federal, estadual ou municipal, e quaisquer outros profissionais de áreas que atuam em conjunto com as anteriores. Os interessados em participar do curso devem ter acima de 18 anos e realizar uma avaliação psicológica recente de até 6 meses antes do início do curso, tendo em vista que as disciplinas, atividades e temáticas abordadas durante o curso são extremamente sensíveis e podem acarretar em instabilidades emocionais caso os alunos estejam predispostos a isso. Por último, o profissional interessado deve preencher uma declaração pessoal afirmando que está realizando o curso por livre e espontânea vontade e que possui conhecimento da delicadeza e complexidade dos temas abordados durante o curso.

Após a aprovação para a participação no curso, os matriculados terão uma série de disciplinas e atividade previamente definidas pela grade de atividades e avaliações atualmente prevista na carga horária do curso, descrita na Tabela 14.

Quadro 1 – Carga horária do Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio

<b>Atividade</b>	<b>Ementa/Descrição da Atividade</b>	<b>Carga Horária</b>
Disciplina 1: Conceito, histórico, epidemiologia, fases e modelos explicativos do suicídio	Conceitos da saúde pública, sociologia, psicologia e da psiquiatria; história do ocidente e do oriente; estatísticas do suicídio e tentativas; fases de ideias, planos e tentativas; modelos sociológico, psicológico, ecológico e biológico.	02 h

Quadro 1 – Carga horária do Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio

(continua)

<b>Atividade</b>	<b>Ementa/Descrição da Atividade</b>	<b>Carga</b>
------------------	--------------------------------------	--------------

		<b>Horária</b>
Disciplina 2: Aspectos Psicológicos/função <i>gatekeeper</i> (guardião da vida)	Ambivalência de Shneidman, obediência e imitação de Milgram, condicionamento de Pavlov e F B Skinner, aprendizagem social, Grossman. Reconhecimento de sinais de alerta, acolhimento e encaminhamento em crise.	02 h
Disciplina 3: Princípios e estratégias de intervenção baseada em escuta e diálogo e negociação em tentativa de suicídio	Linguagem não verbal, Ekman e Matsumoto, escuta ativa e empática (Lanceley, Jefferson Thompson); Comunicação assertiva (Vera Martins); Comunicação Não-Violenta – Marshall Rosenberg e busca de sentido (Viktor Frankl); Negociação, necessidades de Maslow, e princípio <i>quid pro quo</i> (McMains e Mullins, Lanceley e Maslow).	05 h
Disciplina 4: Aspectos jurídicos e Direitos Humanos em relação ao suicídio	Art 122 CP. Indução, instigação e auxílio, Art 135 CP, Omissão. Estado de Necessidade, Eutanásia x Suicídio Assistido, Ortotanásia, Distanásia, Portaria 12712014 MS.	02 h
Disciplina 5: Sistema de Comando e Incidentes (Operações) Aplicado a Tentativa de Suicídio e Simulado de Mesa	Histórico, conceito, princípios, estrutura, regra SMART, comunicação e plano de ação mental com simulado de mesa.	03 h
Disciplina 6: Brincadeiras Perigosas e jogos de não oxigenação	Histórico, conceitos, diferença de jogo de não oxigenação para suicídio, risco da internet, cuidados e prevenção.	02 h
Disciplina 7: Imobilização Humana	Aquecimento, alongamento, reações humanas, técnicas de contenção em equipe e imobilização humana.	02 h
Disciplina 8: Técnicas de rapel em resgate para tentativa de suicídio	Aspectos gerais, medidas de segurança, materiais, técnicas de rapel simples e de precisão.	02 h

Quadro 1 – Carga horária do Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio

(continuação)

<b>Atividade</b>	<b>Ementa/Descrição da Atividade</b>	<b>Carga</b>
------------------	--------------------------------------	--------------

		<b>Horária</b>
Disciplina 9: Simulados Práticos de intervenções comunicativas e físicas em Tentativa de Suicídio	Visão geral das operações em tentativa de suicídio, aplicação dos simulados, trabalho em grupo e uso de intervenções comunicativas e físicas.	18 h
Avaliação 1: Avaliação Final Escrita	Avaliação escrita com duração média de 60 minutos, porém podendo estender até 120 minutos	02 h
<b>Carga horária total:</b>		<b>40 h</b>

Fonte: Elaborada pela autora com base em Sousa (2020)

Tendo essas atividades em vista, o curso prevê uma duração de 5 dias, com o primeiro e o segundo dia constituindo-se de todas as disciplinas de caráter teórico do curso, como estão expostas na grade curricular anteriormente descrita. Essa etapa do curso deve ser realizada em auditório ou sala de aula, que, tendo em vista o contexto brasileiro atual, devem estar devidamente preparadas de acordo com as medidas de segurança e distanciamento social para a contenção da pandemia do coronavírus.

A partir do terceiro dia de curso começa o expediente prático do CATS, com o primeiro turno do dia sendo composto por duas instruções: salvamento em altura em torre ou edificação e imobilização humana. Ambas as etapas ocorrem de forma simultânea, com os alunos divididos em dois grupos que deverão revezar de atividade após algumas horas. Quanto à prática de salvamento de altura, alunos que sejam profissionais civis não devem participar devido à ausência de preparação prática para atividades dessa natureza, e profissionais bombeiros podem optar por não realizá-las caso não possuam preparação anterior para a prática. Por último, é solicitada a presença de uma ambulância e socorristas portando kits de primeiros socorros como medidas de precaução para a realização das atividades, além de equipamentos de proteção para todos os alunos e instrutores, como capacetes, luvas e cintos paraquedistas.

Ainda no terceiro dia, pelo turno da tarde, começam os simulados de ocorrências em pontes, podendo ser em pontes sobre rio ou pontes sobre vias urbanas, levando em consideração os materiais de salvamentos aquáticos que são necessários caso a primeira opção seja escolhida, e um aviso prévio aos responsáveis pela via caso o simulado seja realizado sobre as vias urbanas. O CATS recomenda que o local escolhido seja desabitado, sem movimentação para evitar quaisquer gravações e/ou fotografias das práticas tendo em vista a sensibilidade das mesmas. Porém, caso um

local com tais especificações não seja viável, os bombeiros devem realizar orientações ao público próximo a importância da discricção das atividades.

Os simulados continuam no decorrer do quarto dia de curso, com o turno matinal composto de simulações em coberturas, janelas, sacadas, pilotis, subsolos e quartos trancados (onde deve haver a intervenção sem visualização do tentante). Assim como os simulados anteriores, o local ideal deve ser uma edificação vazia, geralmente com obras inacabadas, em andamento ou prédios abandonados. Reitera-se a não recomendação da realização das atividades em locais habitados, porém, caso essa seja a única opção viável, deverá ser avisado por escrito com antecedência a moradores e vizinhos sobre os simulados.

Ademais, durante o turno vespertino do quarto dia, ocorrem os simulados em torres de telefonia e/ou elétrica, com a possibilidade de dois simulados diferentes, cada um sendo em alturas distintas das torres. Assim como nas outras atividades, todo o material de segurança para o instrutor, o aluno e os demais agentes (como o agente simulando a vítima) deve ser trazido e verificado se estão nas condições corretas de uso. Os alunos civis não possuem a obrigação de passar por esse simulado devido à natureza do mesmo, porém ainda devem estar presentes na atividade do curso em uma localização próxima a essas atividades, recebendo instruções sobre atuação em ocorrência de tentativa de suicídio ou liberados sob supervisão para estudar para a prova teórica que será realizada no dia seguinte.

Além disso, o quarto dia ainda possui simulados durante o turno noturno, com essas atividades devendo, obrigatoriamente, serem realizadas em cantos vazios, seguros e afastados de carros ou outros pontos facilmente inflamáveis. Durante esse período, são realizados os simulados com líquidos inflamáveis, com botijão de gás seco, além do simulado de intervenção nas tentativas de enforcamento e injeção letal. Durante as atividades, todos os presentes devem portar como equipamento de proteção individual: roupas de aproximação, capacetes de combate a incêndio, luva, botas e balaclava. O uso dos equipamentos de proteção para fogo é obrigatório e a simulação só poderá iniciar com, pelo menos, uma mangueira pressurizada, extintor e ambulância posicionadas em condições de ação. Vale acrescentar também que, durante os simulados, todos os alunos matriculados deverão passar pelo menos uma vez na função de negociador/abordador da tentativa de suicídio.

Por fim, as atividades do último dia começam às 07 h com a avaliação escrita, sendo a mesma realizada em uma sala de aula ou qualquer outro local aberto que permita que os alunos possam escrever em pranchetas. A prova possui duração de 60 minutos e contém questões abertas e objetivas. Logo em seguida, às 08 h, os alunos devem se reunir em um auditório selecionado para

realizarem a avaliação dos instrutores e do curso, enquanto um grupo de corretores deve corrigir a prova dos alunos. Após a correção e entrega de notas, os alunos serão encaminhados para o treinamento e preleção da formatura, que geralmente se inicia às 11 h e tem a duração de 60 minutos, encerrando com a entrega dos certificados e brevês. Recomenda-se que haja uma atenção especial por parte da equipe multidisciplinar de saúde para acolhimento e apoio a qualquer eventual aluno que não seja aprovado, com o objetivo de ajudá-lo a lidar com a situação frustrante e desagradável da reprovação. Por último, é sugerido um almoço de confraternização entre professores, alunos e colaboradores do curso.

## **5.2 A trajetória do CATS até os dias atuais**

No decorrer das suas 21 edições, o CATS se moldou incessantemente para se tornar o que é hoje. Segundo Sousa (2021), embora o CATS tenha sido flexível desde seu início, algumas questões de sua ementa já foram aprimoradas para tornar o curso ainda mais flexível e cada vez mais humanizado e eficiente, dando como exemplo algumas questões puramente de abordagens técnicas, que acabaram sendo substituídas nos anos seguintes do curso pelos métodos de intervenção baseada em escuta e diálogo e de negociação em tentativa de suicídio. Durante a entrevista, Sousa (2021) se demonstra satisfeito e orgulhoso durante suas falas relacionadas à progressão do curso, que procura sempre se adaptar à pluralidade e complexidade da mente humana, especialmente mentes em sofrimento.

Vale comentar também que, como muitos outros projetos inovadores, o CATS não foi unanimidade durante sua criação. Sousa (2021) descreve durante a entrevista que, enquanto os bombeiros mais jovens do CBMCE foram bem receptivos às ideias do curso, os bombeiros veteranos da instituição se mostraram resistentes, acreditando que já sabiam o necessário acerca da temática proposta pelo curso, mesmo nunca tendo cursado nenhuma disciplina ou curso na área durante suas formações. Isso causou um choque entre as gerações dos bombeiros cearenses que vem sendo desconstruído até hoje por Sousa e os demais instrutores do curso, muitos desses que inicialmente foram alunos nas primeiras edições do CATS.

Apesar das resistências, o CATS conseguiu ser criado e começou com sua primeira turma focando-se nos agentes do próprio CBMCE (como será exposto a seguir na Figura 1). Mesmo o curso ainda sendo um projeto inicial no ano de 2017, a primeira turma do CATS conseguiu se expandir para além dos bombeiros cearenses e contou com a participação de três pessoas da sociedade civil: três mulheres que atuam na área de Psicologia.

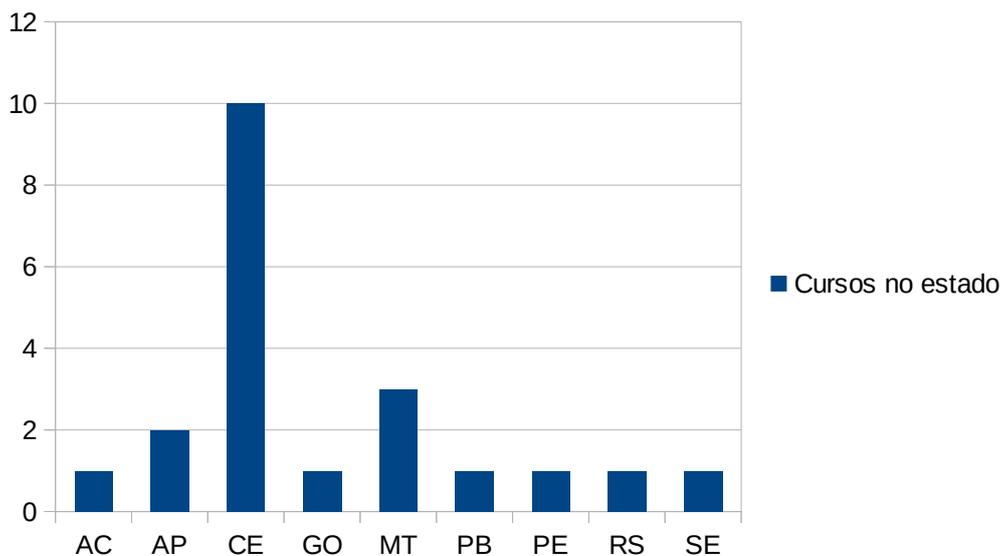
Figura 1 – Fotografia da 1ª turma do CATS



Fonte: Ronaldo Gusmão, 2017.

O curso continuou se firmando com o passar do tempo, expandindo-se para além do Ceará e sendo recebido por mais 8 estados brasileiros, com 11 de suas 21 edições totais sendo realizadas fora do território cearense, como será mostrado no Gráfico 3. O modelo do CATS também serviu de inspiração para os agentes da segurança pública dos estados de Mato Grosso e Minas Gerais, que criaram seus próprios Cursos de Atendimento a Tentativas de Suicídio após o contato com o CATS do CBMCE.

Gráfico 3 – Distribuição da quantidade de turmas do Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio por estado brasileiro



Fonte: Elaborada pela autora com base em Sousa (2021)

Além do cenário nacional, o curso também ganhou visibilidade internacional, já tendo formado em suas turmas alguns bombeiros da Guiana Francesa, policiais da Argentina e um bombeiro português. Adicionalmente, o Tenente Coronel José Edir Paixão de Sousa, um dos entrevistados para esse trabalho e fundadores do CATS, atualmente leciona sobre “negociação pura” em tentativas de suicídios e sobre elementos essenciais de gestão de crises em ocorrências dessa natureza, conteúdos abordados no curso do CBMCE, para a área de pós-graduação promovida pelo Instituto de Investigação e Capacitação do poder judiciário da província de São Luís na Argentina em parceria com a Universidade Católica de Cuyo. Além disso, José Edir também já participou na produção de diversas obras, eventos e conferências de âmbitos nacionais e internacionais acerca da conscientização do suicídio e das temáticas abordadas pelo CATS.

Ademais, é importante tratar de alguns grandes indicadores relacionados ao curso e seu êxito. Até o momento da escrita desse trabalho e a entrevista realizada com o coordenador e instrutor do CATS José Edir Paixão de Sousa no mês de dezembro de 2021, o CATS já realizou 21 edições, possuindo uma média de 32 alunos por turma e uma taxa de aprovação de 99% segundo relatou Sousa (2021) em entrevista com tom de orgulho e satisfação, totalizando mais de 650 alunos treinados pelo curso, com uma média de 24 a 32 alunos por edição. Além disso, aponta-se também 100% de êxito dos ex-alunos que atuaram em situações-limite, com todas as vítimas tentantes salvas e zero suicídio. No que concerne a prevenção de suicídio dentro do próprio curso, o número de suicídios entre os ex-alunos do CATS também é zerado, e apenas um dos alunos formados chegou a ter ideações suicidas e o único aluno que não está mais vivo atualmente acabou falecendo por causas não relacionadas. Acerca do aluno que teve ideações suicidas, Sousa (2021) relata que o

indivíduo chegou para conversar com ele e aponta que os ensinamentos dele e de todo o CATS salvaram sua vida, pois o mesmo absteve-se de sua arma assim que reconheceu seu comportamento e afastou-se de outros demais fatores que poderiam causar o risco de suicídio.

Em suma, no decorrer desse capítulo espera-se que o leitor adquira conhecimento acerca das atividades realizadas pelo CATS, mostrando as disciplinas teóricas e práticas ensinadas no curso. Além disso, de acordo com os dados fornecidos pelo formulador do curso, percebe-se a atenção dada pelo curso e seus instrutores para a suicidologia e os ensinamentos de autocuidado, sempre visando o bem-estar mental e físico dos alunos. Através dos relatos de Sousa (2021) em entrevista, nota-se também que o curso se atenta ao seu papel complexo e multifatorial como ação de prevenção e posvenção do suicídio e como o curso também procura quebrar os tabus e a psicofobia que já estão internalizados dentro das forças de segurança pública. Sendo assim, é natural que o CATS, que possui gestores que visam a inovação, continue se adaptando constantemente objetivando melhor atender os agentes da segurança pública e seus demais alunos. Essa inovação, na visão de Sousa (2021) foi uma das principais causas para o curso ganhado destaque no decorrer de suas 21 edições e possuir indicadores positivos na formação de seus alunos e intervenções nas tentativas de suicídio, tendo em vista que o suicídio é um fenômeno social complexo e multifatorial que requer grande adaptabilidade e resistência durante seu combate.

## 6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO CATS COMO FERRAMENTA NA PREVENÇÃO DE SUICÍDIO DOS AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA

Inicialmente, é de suma importância analisar os números atrelados ao CATS. Como mencionado anteriormente, segundo os relatos de Sousa (2021), o curso formou mais de 650 alunos até hoje não só no Ceará, mas em todo o Brasil e até alguns profissionais de outros países. Esses alunos são importantes devido ao potencial de melhorarem a situação delicada e crítica do suicídio entre os agentes da segurança pública no estado do Ceará, que constantemente possui números brutos altos que acabam se tornando proporcionalmente maiores aos de estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que possuem um número consideravelmente maior de profissionais dessa área e que já possuem estudos acerca do fenômeno.

Porém, diferente dos estados anteriormente mencionados, as autoridades cearenses ainda não dão o enfoque devido para a temática, tendo em vista que nenhum dos projetos no território cearense anteriormente descritos no terceiro capítulo dessa monografia apresentam ações voltadas para os agentes da segurança pública. Sendo assim, é aqui onde entra o CATS, como uma ação originada no território cearense que procura contribuir não só no combate ao suicídio como um todo, mas também trazer um viés de autocuidado para os agentes da segurança pública e prevenção consigo mesmo e com os colegas de trabalho, diretamente trabalhando na prevenção do suicídio desses agentes. Embora não seja possível realizar um estudo dos agentes da segurança pública que foram ajudados pelos ensinamentos do CATS, o curso salvou a vida de, pelo menos, um agente da segurança pública diretamente, segundo relatado por Sousa (2021) durante a entrevista, onde expõe que:

“Nenhum ex-aluno dos 21 cursos se matou. Apenas 1 ex aluno tentou o suicídio mas procurou e me relatou que os ensinamentos do curso salvaram a vida dele, pois ele entregou a arma para a esposa e foi pra casa da mãe, pois morava em prédio e podia se jogar.” (SOUSA, 2021)

Porém, uma única vida salva tem a possibilidade de auxiliar no salvamento de muitas outras, tendo em vista o efeito Werther, nomeado com base na obra *Die Leiden des jungen Werthers* (Os Sofrimentos do Jovem Werther, em português) do autor alemão Johann Wolfgang von Goethe, onde Goethe (2010) conta a história fictícia do triângulo amoroso entre um jovem chamado Werther, seu amor Charlotte e o noivo da moça chamado Albert, com um final infeliz para o protagonista Werther onde o homem resolve se suicidar com um tiro na cabeça após não conseguir

casar-se com Charlotte. Após o lançamento do livro no século XVIII, há relatos informais de que diversos jovens da época começaram a imitar o protagonista em suas vestimentas e acabaram cometendo suicídio da mesma forma ao passarem por uma situação similar à personagem, fazendo com que o livro fosse banido em diversas localidades, como Copenhague e Milão, e criando o efeito com tal nome. O efeito Werther é estudado e reconhecido até hoje, com estudos apontando que o suicídio de uma pessoa influente pode causar até 2,2 outros suicídios na semana após sua divulgação (Jonas, 1992).

Além disso, uma das principais ações no curso é o viés do “Guardiões da Vida” e sua linha de autocuidado e cuidado com seus próximos. É de grande importância para um indivíduo com tendências suicidas uma rede de apoio presente e constante, com amigadas que possam notar os potenciais sinais de alerta, objetivando uma prevenção proativa, que previna até mesmo a tentativa do suicídio. Sousa (2021) relata que essa formação é essencial para que

“[Os alunos] possam identificar companheiros em sofrimento ou com possíveis fatores associados ao suicídio, realizar uma escuta, uma acolhida e um encaminhamento para o serviço de saúde. Isso tem um poder incrível na redução da psicofobia, na melhoria das relações interpessoais e intrapessoais, (...) na redução comprovada cientificamente para o suicídio” (SOUSA, 2021)

O CATS, nos relatos de Sousa (2021) pretende fornecer um grande suporte mental para seus alunos no intuito de permitir que eles possam realizar um auxílio e intervenção a todos em sua volta, incluindo eles mesmos. O reconhecimento dos sinais de alerta é imprescindível para o combate ao suicídio, pois, por mais que se tente cuidar do bem-estar mental e de si mesmo, ninguém está livre de sofrer transtornos mentais algum dia, sendo de extrema importância o reconhecimento disso para que o indivíduo possa lutar contra tais enfermidades, caso as mesmas venham a ocorrer no decorrer de sua vida ou na vida de pessoas próximas. A normalização de que a saúde mental é tão importante quanto a física, as doenças e transtornos são normais em ambas as áreas da saúde e devem ser reconhecidas e tratadas para o bem-estar geral de todos os indivíduos.

Nas palavras de Sousa (2021) uma das grandes mudanças desde o início do curso foi a discussão sobre a temática:

“Observo que o tema passou a ser mais comum, mais normalizado, porém normalizado no sentido de que antes era proibido, era um tabu (...) A gente falava quando era da população, uma ocorrência, e pra quando alguém, algum bombeiro se matava era uma coisa abafada (...) quando a gente começou a falar de forma prevencionista e responsável eu acredito que houve uma mudança realmente, muitas pessoas chegaram pra elogiar, eu observei também elas falando, comentando, trabalhando, apoiando, suportando, pedindo ajuda em muitas ocasiões” (SOUSA, 2021)

Considerando essas informações, nota-se que o curso pretende quebrar o tabu acerca da temática entre esses profissionais. Considerando as afirmações de Sousa (2021), antes do CATS, o CBMCE e muitas outras corporações da segurança pública não comentavam sobre o suicídio de seus colegas de trabalho.

Além disso, muitos profissionais tinham uma grande resistência com o estudo da temática, como mencionado no quarto capítulo, e, embora a conscientização da importância dessa discussão ainda não seja unânime, o CATS reflete sobre a importância ao comentar sobre o suicídio de forma preventivista e responsável, levando uma abertura muito maior para as discussões acerca do fenômeno. Com o reconhecimento do problema sendo o primeiro passo na resolução de qualquer questão, o CATS pretende ser uma ferramenta vital para a introdução de diversas outras políticas públicas que possam ser criadas visando a prevenção do suicídio dos agentes da segurança pública e também como uma política pública em si, tendo em vista que o curso visa formar alunos para atuarem diretamente na prevenção do suicídio, que é um problema de caráter público, e também visa o autocuidado e bem-estar mental de seus alunos que geralmente são agentes da segurança pública, diretamente afetando a qualidade de vida e de trabalho dos mesmos. Sendo assim, o CATS pode atuar nessa questão iniciando diretamente o tratamento e cuidado desses profissionais, tendo em vista que muitos já procuraram os instrutores do curso para esse apoio, segundo relatado por Sousa (2021).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, é importante compreender que o CATS e muitas outras políticas de prevenção de suicídio ainda estão em seus estágios iniciais, naturalmente possuindo então poucos dados e resultados, com essa pesquisa obtendo somente a visão do gestor do curso devido às limitações. Porém, o CATS já demonstra ser um curso com destaque nacional e internacional e possui a possibilidade de virar um importante recurso na prevenção do suicídio dos agentes da segurança pública, sendo capaz de salvar vidas dentro e fora do âmbito dos agentes da segurança pública. É importante que o CATS receba maior atenção das autoridades públicas, podendo até ser utilizado como base para a criação de uma sistematização de uma política pública, manifestando uma onda de ações que visem o cuidado desses indivíduos e também de várias outras parcelas da sociedade que são vulneráveis ao suicídio.

É possível pensar que as políticas públicas voltadas para a prevenção do suicídio possam ter em sua formulação uma etapa de estudo social para definir os fatores que agravam o risco de suicídio entre a população presente na esfera dessa política, tendo em vista que essas políticas geralmente não possuem um enfoque maior nos agentes da segurança pública e nem em outras pessoas vulneráveis ao suicídio. Levando em consideração a natureza finita e limitada de recursos materiais e humanos nas políticas públicas, é vital para a obtenção de melhores resultados que haja estudos acerca de quais indivíduos devem ser priorizados como público-alvo de cada política, e no combate ao suicídio não é diferente.

Considerando as palavras de Sousa (2021) e os resultados desta monografia é possível perceber que é de suma importância que a sociedade como um todo e as políticas de prevenção e posvenção se unam e que a prevenção e posvenção do suicídio seja trabalho e responsabilidade de todos, criando uma sociedade consciente e que luta pela vida todos que estão inseridos nela. Para isso, o modelo do CATS, depois de consolidado e mensurado o impacto de seus objetivos, pode ser expandido e divulgado para toda a comunidade cearense, com autoridades públicas fomentando e promovendo a importância dos estudos da temática por meio de palestras em locais de grande circulação comunitária, cartilhas, sites e outras formas que visem apresentar o CATS e as demais ações que visem preservação da vida para toda a população cearense.

Além disso, conclui-se que a implementação da ementa do CATS e/ou de disciplinas que visem o autocuidado, cuidado com o próximo, prevenção e atendimento técnico a tentativas de suicídio na formulação dos agentes da segurança pública pode auxiliar a temática. Como relatado por Sousa (2021) durante a entrevista, ele não teve em sua formação nenhuma disciplina que vise o

autocuidado, o cuidado com os colegas de trabalhos e nem mesmo o atendimento a tentativas de suicídio. Tais questões são fundamentais para o combate ao suicídio e bem-estar mental desses trabalhadores, que não são ensinados corretamente a viverem com o estresse diário que são expostos por causa de sua profissão. É importante ensinar aos agentes da segurança pública não só a salvarem vidas da comunidade e atenderem aos tentantes em situações-limite, mas também a cuidarem deles mesmo e de seus colegas de trabalho. Essas ações ajudariam não só na prevenção do suicídio, mas também na melhoria dos serviços desses indivíduos, tendo em vista que o bem-estar mental melhora a qualidade de vida e de trabalho, impedindo questões como a Síndrome do Burnout, mencionada anteriormente nessa monografia. Sendo assim, uma política de prevenção de suicídios é multifatorial e apresenta diversos resultados positivos além do impedimento e redução de indivíduos tentantes.

Acerca do objetivo geral dessa monografia, é possível notar elementos que podem indicar a importância do CATS na prevenção do suicídio dos agentes da segurança pública, embora seu real impacto ainda seja impossível de mensurar tendo em vista o pouco tempo de curso e a falta de estudos acadêmicos sobre o suicídio dessa população. Mesmo em seu estágio inicial, já é possível perceber alguns grandes impactos que o curso traz para o fenômeno, sendo o principal destaque a quebra da resistência acerca da temática perante esses profissionais.

Considerando uma discussão da importância do CATS, nota-se que embora o impacto do curso nas vidas dos agentes da segurança pública não possa ser mensurado em sua totalidade, o curso demonstra potencial para ajudar na prevenção do suicídio. Porém, na reflexão de Sousa (2021), já é possível ver alguns dos efeitos do curso, como a quebra do tabu acerca do suicídio entre esses trabalhadores, tendo em vista que muitos possuíam resistência ou acreditavam que a temática não precisava ser discutida. Embora nem todos os agentes deixaram de lado esse tabu e seja possível que alguns nunca o deixarão, o curso apresenta-se como uma iniciativa inovadora e vem desconstruindo esses pensamentos em todo o país, normalizando uma discussão saudável e preventivista acerca do suicídio. Além disso, o curso também ensina sobre os sinais de alerta e medidas de acolhimento e encaminhamento em crise, permitindo que os alunos possam intervir proativamente caso seus colegas de trabalho apresentem comportamentos suicidas e acarretando diretamente na prevenção de tentativas e consumação de suicídio daquele profissional.

Apresentando o conceito de suicídio, observa-se que as definições desse fenômeno costumam possuir um padrão similar, porém não são unânimes, como organizações como a ONG apontando definições para tal fenômeno que considerariam como suicídio atos que normalmente não são vistos dessa maneira pela sociedade ou pela academia. Além disso, a pesquisa aqui descrita

demonstra que as discussões sobre a prevenção e posvenção do suicídio ainda são escassas e possuem muitas barreiras impostas geralmente pela resistência da sociedade e o tabu de falar sobre suicídio. Por último, notou-se também que o trabalho na área de segurança pública possui fatores agravadores do risco de suicídio que estão naturalizados em suas atividades, com esses indivíduos lidando diariamente com a violência e grandes quantidades de estresse.

Também foi analisado o cenário do suicídio entre os agentes da segurança pública e notou-se que o trabalho desses profissionais possui fatores agravadores do risco de suicídio que estão naturalizados em suas atividades, com esses indivíduos lidando diariamente com a violência e grandes quantidades de estresse. Ademais, analisando os índices apresentados nessa pesquisa, é possível perceber que o estado cearense necessita se atentar para a temática, tendo em vista a constância dos números elevados apresentados no estado sobre as vítimas de suicídio que trabalham na segurança pública, com o estado possuindo números absolutos comparáveis a estados como Rio de Janeiro e São Paulo, que já estão atentos para seus números e procuram combater o fenômeno. O Ceará também possui taxas proporcionalmente maiores a esses estados, com mais de dois suicídios a cada 10 mil agentes, um dos únicos três estados no país com essa marca entre os anos de 2017 a 2019. É importante ressaltar a imensa falta de dados e estudos sobre essa temática, com muitos estados sequer possuindo informações acerca do mesmo, o que dificulta a formulação de políticas públicas para combater tais ocorrências.

Em relação a descrição do CATS e sua trajetória, descobre-se que o curso não teve um começo fácil, enfrentando resistência por uma parte dos profissionais da área por não acreditarem na necessidade de um curso voltado para a prevenção do suicídio. Apesar disso, o CATS conseguiu ser criado e realiza atualmente uma proposta voltada não só para que os agentes da segurança pública atendam a população em situações de tentativas de suicídio, mas também realizem uma prevenção diária e constante, proativamente, consigo mesmo e com seus colegas de trabalho através de uma esfera de autocuidado e cuidado com o próximo ensinada pelo curso que diretamente afeta a qualidade de vida, e conseqüentemente impacta na prevenção de suicídio, desses profissionais. Com essas propostas, o CATS atualmente é um curso próspero, formando mais de 650 alunos em suas 21 edições, com destaques para além do Ceará, ensinando profissionais de todo o mundo.

Olhando para a academia como um todo, essa monografia procura contribuir com o estímulo de estudos acerca do suicídio em geral e também de estudos focados em suicídios dessas populações vulneráveis ao mesmo, podendo ser o pontapé inicial para demais estudos dessa temática, que infelizmente ainda não é discutida como se deveria. Devido ao caráter exploratório, a maior contribuição que o estudo aqui exposto espera deixar é uma maior visibilidade para o CATS e

o suicídio dos agentes da segurança pública. Além disso, essa temática também é de grande interesse pessoal da autora, criando assim uma expectativa pessoal de prosseguir com estudos na área no decorrer da vida na academia.

## 8 REFERÊNCIAS

AGERBO, Esben; GUNNELL, David; BONDE, Jens Peter; MORTENSEN, Preben Bo; NORDENTOFT, Merete. Suicide and occupation: the impact of socioeconomic, demographic and psychiatric differences. **Psychological Medicine**, n. 37, p. 1131-1140, 2007.

AMALBERTINI, René; ROCHA, Raoni; VILELA, Rodolfo Andrade de Gouvea; ALMEIDA, Ildeberto Muniz de. Gestão de segurança em sistemas complexos e perigosos-teorias e práticas: uma entrevista com René Amalbertini. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n. 43, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.819 de 26 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Revista Topoi** (Rio de Janeiro), v. 14, n. 26, p. 162-173, 2013.

BOXER, Peter; BURNETT, Carol; SWANSON, Naomi. Suicide and Occupation: A review of the literature. **JOEM**, v. 37, n. 4, p. 442-452, 1995.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Coleção de leis do Brasil – 1890. Decreto nº155, de 14 de Janeiro de 1890. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-155-14-janeiro-1890-507626-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 23 de março de 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Coleção de Leis do Brasil – 1936. Lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-192-17-janeiro-1936-501765-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em: 23 de março de 2021.

CFM – CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Suicídio: informando para prevenir**. Brasília, 2014.

COHEN, Howard S.; FELDBERG, Michael. **Power and Restraint: The Moral Dimension of Police Work**. Greenwood Publishing Group, 1994.

CRUZ, Fernanda; MIRANDA, Dayse; FONTE, Mariana; CERATTI, Nathalia Fallavena. **Boletim IPPES 2021**: Notificações de mortes violentas intencionais e tentativas de suicídios entre profissionais de segurança pública no Brasil. Rio de Janeiro, 2021

CRUZ, Roberto Moraes. Nexo técnico e vigilância à saúde do trabalhador: uma agenda científica para o NTEP. **Saúde e trabalho no Brasil: uma revolução silenciosa: o NTEP e a previdência social**, p. 93-123, 2010.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia da era Vargas**. 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

DURKHEIM, Emile. **SUICIDE: A study in sociology**. Londres: Routledge & K. Paul, 1952.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança

Pública 2019, ano 13, 2019. ISSN 1983-7364. Disponível em: <[https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf)>. Acessado em: 5 de janeiro de 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, ano 14, 2020. ISSN 1983-7364. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>>. Acessado em: 5 de janeiro de 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021, ano 15, 2021. ISSN 1983-7364. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>>. Acessado em: 5 de janeiro de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Os sofrimentos do jovem Werther**. Tradução de Marcelo Backes. Porto Alegre: L&PM, 2010.

Goffman, E. (1982). Estigma: **Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

HEM, Erlend; BERG, Anne Marie; EKEBERG, Oivind. Suicide in Police – A Critical Review. **Suicide and Life-Threatening Behavior**, n. 31, p. 224-233, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA, PREVENÇÃO E ESTUDOS EM SUICÍDIO. **Boletim IPPES 2021: Notificações de mortes violentas intencionais e tentativas de suicídios entre profissionais de segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro, 2021

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência. IPEA, 2017. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/83>>. Acessado em: 12 de março de 2021.

JAROW, Oshan. Did Suicide Exist Before Society?. Medium, 2018. Disponível em: <<https://oshanjarow.medium.com/did-suicide-exist-before-society-ac9458b5c69c>>. Acessado em: 28 de fevereiro de 2021.

JONAS, Klaus. Modelling and suicide: A test of the Werther effect. **British Journal of Social Psychology**, n. 31, p. 295-306, 1992.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas 2003.

LASSWELL, Howard Dwight. **The Decision Process: Seven Categories of Functional Analysis**. Bureau of Governmental Research: Maryland, 1956.

LEWIS, Tanya; WEISBERGER, Mindy. Lobotomy: Definition, procedure and history, 2021. Disponível em: <<https://www.livescience.com/42199-lobotomy-definition.html>>. Acessado em: 18

de outubro de 2021

LORD, Vivian; SLOOP, Michael. Suicide by Cop: Police shooting as a method of self-harming. **Journal of Criminal Justice**, v. 38, p. 889–895, 2010.

MALHOTRA, Naresh; NUNAN, Daniel; BIRKS, David. **Marketing Research: An Applied Approach**. Edimburgo: Pearson, 5ª ed., 2017.

MARGIS, Regina; PICON, Patrícia; COSNER, Annelise Formel; SILVEIRA, Ricardo de Oliveira. Relação entre estressores, estresse e ansiedade. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, p. 65-74, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. In: **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 1996. p. 407

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Editora Fiocruz, 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ. PROJETO VIDAS PRESERVADAS: O MP E A SOCIEDADE PELA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO. Disponível em: <<http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2018/12/20180441-Detalhamento-Projeto-Vidas-Preservadas.pdf>>. Acessado em: 11 de janeiro de 2022.

MINOIS, Georges. **Histoire du suicide: la société occidentale face à la mort volontaire**. Fayard, 2014.

MIRANDA, Dayse (Org.). **Por que policiais se matam?**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016)

MIRANDA, Dayse; NUNES, Pablo; CERATTI, Nathalia Fallavena; ANDRADE, Sandra; CRUZ, Fernanda; SILVA, Alexandra Valéria Vicente da; SOUSA, José Edir Paixão de; SOARES, Larissa Paes de Omena; REIS, Marcela dos Santos; FERREIRA, Meire Cristine. **Boletim GPeSP 2019: Notificações de Mortes Violentas Intencionais e Tentativas de Suicídios entre Profissionais de Segurança Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção (GPeSP), 2019.

MIRANDA, Dayse; CRUZ, Fernanda Novaes; FONTE, Mariana da; NAPOLIÃO, Paula; PEREIRA, Tatiana Guimarães Sardinha; CERATTI, Nathalia Fallavena. **Boletim IPPES 2020: Notificação de Mortes Violentas Intencionais entre Profissionais de Segurança Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (IPPES), 2020.

NAGAI, Aline Hiromi Tanji; EBAID, Ana Augusta Rodrigues Westin. A psicofobia sob a ótica dos direitos humanos. **Anais do ENEPE**. ISSN 1677 – 6321. 2020.

MUNIZ, Jaqueline. A Crise de Identidade das Polícia Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. **Security and Defense Studies**, v. 1, p. 177-198, 2001

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

- RUFO, Ronald (Ed.). **Police Suicide: Is Police Culture Killing Our Officers?**. CRC Press, 2017.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Sociologias*, v. 12, n. 25, p. 224-250, 2010.
- OMS – Organização Mundial da Saúde. Suicide: one person dies every 40 seconds. WHO, 2019. Disponível em: <<https://www.who.int/news/item/09-09-2019-suicide-one-person-dies-every-40-seconds>>. Acessado em: 12 de março de 2021
- OMS – Organização Mundial da Saúde. **Mental Health Atlas 2011**. WHO Press, 2011.
- OMS – Organização Mundial da Saúde. **Mental Health Atlas 2014**. WHO Press, 2015.
- OMS – Organização Mundial da Saúde. **Mental Health Atlas 2017**. WHO Press, 2018.
- OMS – Organização Mundial da Saúde. **Mental Health Atlas 2020**. WHO Press, 2021.
- OMS – Organização Mundial da Saúde. **Preventing Suicide: a global imperative**. WHO Press, 2014.
- OUVIDORIA DA POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Uma análise crítica sobre o suicídio policial. 2019. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/suicidio-policial\\_aprovacao\\_mariano.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/suicidio-policial_aprovacao_mariano.pdf)>. Acessado em: 10 de março de 2021
- RODRIGUES, Caroline Bail **Suicídio Policial: Compreender Para Prevenir**. Editora CRV, 2020.
- SARTORI, Leonardo Fávero. **Avaliação de *burnout* em policiais militares – a relação entre o trabalho e o sofrimento**. 2006.
- SOUSA, José Edir Paixão de. CATS – Ementa do Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio (40H), 2020. 4 slides.
- SOUSA, José Edir Paixão de. CATS – Estrutura Logística do Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio CATS CBMCE 2020, 2020. 13 slides.
- SOUSA, José Edir Paixão de. CATS – Proposta geral Outubro 2020 CATS CBMCE, 2020. 12 slides.
- SOUSA, José Edir Paixão de. Entrevista concedida a Letícia Bricio Pereira de Andrade. Fortaleza, 20 dez. 2021. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “A” desta monografia]
- SOUSA, José Edir Paixão de. **Tentativas de suicídio e suicídios em profissionais de segurança pública do Estado do Ceará: magnitude, perfil e fatores associados**. 2016.
- SSPDS – Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Bombeiros do Ceará ministram Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio em Mato Grosso (2019). Disponível em:

<https://www.bombeiros.ce.gov.br/2019/10/23/oficiais-e-praca-do-cbmce-ministram-curso-de-atendimento-a-tentativa-de-suicidio-em-mato-grosso/> >. Acessado em: 01 de março de 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. Editora Atlas, 1987.

## APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM INSTRUTOR DO CATS

*LB: Leticia Bricio (Autora e Entrevistadora)*

LB: Pergunta 1: Como foi o começo do CATS?

Entrevistado: O Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio teve a sua primeira edição no dia 18 de dezembro de 2017 e já foi realizado 21 vezes. Estamos com três convites aí para 2022, três não, quatro, quatro convites para 2022 já né, ou seja, o curso ele continua sendo requisitado dentro e fora do estado né, são dois convites pra fora, um para o Amapá e outro para Brasília e um aqui pra dentro do estado em Itapipoca e outro em Tauá e Crateús. O curso já foi ministrado em vários estados do Brasil não só aqui no Ceará né, foi no Rio Grande do Sul, no próprio Amapá, Mato Grosso, Goiás, Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Sergipe... e continua sendo muito requisitado porque o curso prepara os profissionais para urgência e emergência, a gente acredita que existem três grandes pontos, áreas importantes no enfrentamento ao suicídio, que é a prevenção, a intervenção e a posvenção, tudo que eu posso fazer antes para evitar que as pessoas entrem em crise ou tentem se matar, a emergência é quando tem uma crise, principalmente aguda e ou coexistente com a tentativa, com a exposição iminente ao risco de morte e a gente tem que agir na situação limite e depois né, que ocorre um suicídio consumado para elaboração do luto dos sobreviventes, os familiares, amigos e colegas de trabalho e também quando uma pessoa foi resgatada com vida numa tentativa de suicídio tem uma corrente doutrinária majoritária no momento que diz que quando a pessoa é salva de uma tentativa de suicídio a gente vai fazer a prevenção, mas a gente está querendo ampliar o conceito de posvenção para não só quando o suicídio se consuma, mas também para quando a gente resgata a pessoa evitar que ela repita o ato suicida, chamando esse momento também de posvenção.

E aí o CATS surgiu, em 2017 e existiam vários trabalhos desde 1998 e do ponto de vista de leitura desde 2002 e do ponto de vista acadêmico desde 2007, a gente produziu monografias pela Universidade Federal do Ceará, especialização em Direitos Humanos, Segurança Pública e Cidadania com estudo nessa área da operacionalidade do bombeiro e aí a gente ganhou um livro também em 2010, um romance falando sobre prevenção de suicídios pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará e enfim... Já existiam vários trabalhos que a gente realizava né, dentro dessa área, inclusive com o teatro, e aí culminou com a construção do Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio, que era um anseio que a gente tinha, e ele já foi ministrado 21 vezes, já formou bombeiros da Guiana Francesa, da Argentina, de Portugal da cidade de Fátima, vários profissionais do Brasil inteiro também. A última edição, a 21ª, foi em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, então é uma grande honra pra gente exportar o nosso modus operandi. Óbvio que quando a gente fala exportar a gente importou muito conhecimento principalmente através de livros, mas também a gente junta a nossa experiência pessoal na prática dessas operações e junta tudo isso aí e faz um curso que é metade teórico e metade operacional, de simulações práticas pra gente treinar pra poder salvar.

LB: Pergunta 2: Você foi a única pessoa responsável pela iniciativa do CATS, ou a criação veio em conjunto com outros profissionais do CBMCE?

Entrevistado: Também foi Iniciativa do Coronel Heraldo, Comandante Geral na época e da soldada Leoniza que foi instrutora comigo.

LB: Ainda sobre a criação, teve alguma resistência ou algum fomento de outros órgãos ou entidades públicas, especialmente da segurança pública? E também, como foi a recepção geral do CBMCE a ideia do curso?

Entrevistado: O CATS teve um fomento por parte da Universidade Federal do Ceará porque o pessoal do mestrado tinha um grupo lá de estudo sobre isso e eles achavam interessante que a gente disseminasse cada vez mais a prevenção dentro das corporações. Já existia o Curso do PRAVIDA de prevenção de suicídios que era, é ainda na verdade, coordenado pelo Dr. Fábio de Matos e eu era instrutor já do curso do PRAVIDA antes de começar no Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio, então ele foi uma grande inspiração pra gente, só que com uma diferença: enquanto o PRAVIDA fazia prevenção né, óbvio que tinha alguns trabalhos de manejo também, mas o manejo de crise suicida, clínica hospitalar, mas não da urgência e emergência quando alguém está numa situação em cima de uma ponte ou com uma arma de fogo na mão ou com uma arma branca, que é uma situação limite que leva um risco elevadíssimo não só para a vítima mas como para os profissionais que vão atender, então tem essa batida diferenciada. A gente estudou também um livro chamado “Negociações de Crise”, ele não tem nem em português, é o “Crisis Negotiations”, do McMains e do Mullins, um modelo de curso já de 40 horas com partes teóricas e práticas na área de negociação e que tinha negociação em crise suicida no capítulo 7 do livro, ele fala só sobre negociação com potenciais suicidas... É, teve também parceria com um curso do Corpo de Bombeiros de São Paulo que era um curso específico de abordagem técnica e o nosso aqui no Ceará já veio com um diferencial: ele se chamou de Curso de Atendimento. Enquanto lá existe uma técnica específica né, Curso de Abordagem Técnica o nome da técnica específica deles, metodologia específica deles lá do Corpo de Bombeiros de São Paulo, o nosso aqui já tinha outras visões, já estava aberto, flexível para outras possibilidades, não somente abordagem técnica, que foi utilizada aqui no começo do nosso curso e depois entrou em desuso, a gente leciona hoje outras técnicas, mas quando é solicitado por alguma instituição que pede a gente fala, mas quando não a gente prioriza dois métodos eminentemente, que é a intervenção baseada em escuta e diálogo, a IBED, e negociação em tentativa de suicídio. A gente usa esses dois métodos que podem estar alinhados dependendo dos princípios que a gente use, e temos lecionado também o método três por três colombiano, do bombeiro Carlos Cardona, que inclusive é universitário graduando em Psicologia e dá aula comigo pela Universidade de Cuyo no diplomado de Psicologia das Emergências. A gente também tem falado desse método lá de Medellín mas é como estou dizendo, o curso já nasceu com o nome de Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio porque estava disposto a uma flexibilidade e a uma adaptabilidade porque já sabíamos que trabalhar com a mente humana, como acontece na Psicologia, existem inúmeras linhas da Psicologia, porque a mente humana é muito plural e complexa, então a gente já começou o curso já com essa batida de estarmos em movimento e estamos sim em movimento: foram 21 cursos e o curso que existe hoje é, ao meu ver, muito superior ao curso que começou em 2017, com outras disciplinas, outras técnicas, outros métodos... e graças a Deus, desde o começo, um êxito extraordinário aí com o curso.

LB: Você lembra o nome do grupo de estudos da UFC?

Entrevistado: PRAVIDA, é o Projeto de Apoio à Vida da UFC. Inclusive o Dr Fábio de Matos deu aula no primeiro curso da gente.

Entrevistado: Sobre a recepção, os bombeiros mais novos foram os que mais se engajaram no curso, foi tipo assim, 90% e os mais antigos achavam que já sabiam e que era o suficiente. Então houve um choque entre uma velha guarda e uma nova guarda, uma velha guarda que achava que já sabia, mas não existia nem disciplina e nem curso na área, e uma jovem guarda né, os mais jovens, que, como não tiveram essa preparação ficaram "Opa, agora surgiu, agora já temos um norte", então houve esse choque. Eu era da velha guarda né, só que eu era um da velha guarda que estudava muitos anos, já tinha identificado cientificamente nas pesquisas que não existia um *modus operandi*, uma linha metodológica, um caminho mais seguro. E aí a gente construiu esse caminho mais seguro baseado não só no nosso fazer, mas eminentemente nas operações que a gente tem tanto visto pra

aprender o que não se deve fazer, o que é que se pode fazer beneficemente, e ainda estamos construindo esse caminho que é muito novo, muito recente ainda... muito mais ainda conquistaremos, mas sempre com a mente aberta, com a cabeça aberta, flexível para a adaptação e a inovação.

LB: Você comentou aqui dos inúmeros estados que o CATS atuou... O curso continua sendo majoritariamente no Ceará, ou já está mais distribuído, se descentralizando aqui do estado?

Entrevistado: Houve 21 cursos: 3 no Mato Grosso em Cuiabá Sorriso e Lucas do Rio do Verde, 1 em Campina Grande na Paraíba, 1 em Recife em Pernambuco, 1 em Aracaju Sergipe, 1 em Goiânia em Goiás, 2 no Amapá nas cidades de Macapá e Oiapoque, 1 em Porto Alegre no Rio Grande do Sul e 1 no Acre, então foram 11 fora e 10 no Ceará.

LB: Entendi, obrigada.

LB: Você percebeu alguma mudança nas relações entre você e seus colegas de trabalho desde o começo do curso? Você acha que os locais de trabalho que tiveram atividades do CATS se tornaram mais abertos a esse tópico no geral, ou ainda falta alcançar essa totalidade?

Entrevistado: Observo que o tema passou a ser mais comum, mais normalizado, porém normalizado no sentido de que antes era proibido, era um tabu né praticamente... A gente falava quando era da população, uma ocorrência, e pra quando alguém, algum bombeiro se matava era uma coisa abafada, e aí de 2000 a 2017, 5 bombeiros se mataram [no CBMCE]. E aí quando a gente começou a falar de forma prevencionista e responsável eu acredito que houve uma mudança realmente, muitas pessoas chegaram pra elogiar, eu observei também elas falando, comentando, trabalhando, apoiando, suportando, pedindo ajuda em muitas ocasiões, e uma menor quantidade que ainda oferece resistência né, que acha que não é importante, que acha que realmente é frescura, que é desnecessário ou que incentiva, mas isso é uma minoria ao meu ver, isso é uma percepção pessoal, tá?

E aí sem sombra de dúvida, a meu ver, nos locais onde ocorreram o CATS, aí sim há uma abertura muito maior, uma força muito grande que envolve todo mundo praticamente do quartel onde acontece, todos os setores se envolvem direta e indiretamente, e aí tem um ganho relevante ao meu nos locais onde aconteceram o CATS.

LB: É verdade... Muitos textos falam desse tabu mesmo, um dos livros da Dayse Miranda comenta bem essa resistência, fico muito feliz que esteja mudando, a abertura ao tópico é o primeiro passo.

LB: O aspecto de autoprevenção, autocuidado e cuidado com os colegas de trabalho é um dos pilares principais do curso e parece produzir muitos resultados. Você acha que esse aspecto funcionaria em um curso similar para cidadãos civis (fora da segurança pública) ou que isso é especificidade do trabalho de vocês?

Entrevistado: O Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio tem uma disciplina chamada Guardiões da Vida, que tem uma inspiração no modelo internacional, numa estratégia internacional chamada de *gatekeeper* que trabalha com a preparação de civis, eminentemente, pode ser também para militares, religiosos ou escolares, para que dentro das suas instituições eles possam identificar companheiros em sofrimento ou com possíveis fatores associados ao suicídio, realizar uma escuta, uma acolhida e um encaminhamento para o serviço de saúde. Isso tem um poder incrível na redução da psicofobia, na melhoria das relações interpessoais e intrapessoais também né, na redução comprovada cientificamente para o suicídio com essa estratégia internacional e também aqui no

Brasil a gente tem essa disciplina no Curso de Atendimento a Tentativas de Suicídio, ou seja, o indivíduo ele sai como interventor em tentativa de suicídio e também sai um Guardião da Vida, que ele vai tomar conta de si mesmo e dos colegas de trabalho, e também da sua família, nos ambientes que ele estiver ele vai poder usar esse conhecimento.

E aí passou a ter um curso só para Guardiões da Vida, então na realidade nós temos além do CATS agora um curso Guardiões da Vida, ele pode fazer o treinamento dentro do CATS ou fazer o curso completo que aí o CATS tem 40 horas e o curso Guardiões da Vida tem 16 horas e tem um curso de teleatendimento a crises de suicídio. Então são três cursos aí que temos agora, O Guardiões da Vida e o curso de teleatendimento vieram depois, e nasceram o modelo de curso de Guardiões da Vida e do curso de teleatendimento em crise suicida nasceram em 2021.

No sistema de administração penitenciária, junto com a escola de gestão deles, nós temos o curso EAD, que pode ser feito por policiais civis, policiais penais, policiais militares, pessoas do ramo, do campo da segurança pública, então muito relevante a gente marcar isso daí e marcar que, diferentemente, nos cursos em negociação que tratam sobre intervenção né, urgência e emergência com tentativa de suicídio, no curso de abordagem técnica a tentativa de suicídio lá de São Paulo, eles não tinham, não tem até onde me conste, dentro desse curso principal, ou um curso a parte que lide especificamente com o autocuidado, a autoprevenção e a prevenção com os colegas do ambiente de trabalho. Então é importante aí, eu acho que é uma das coisas mais relevantes que a gente tem, porque, se um dos princípios dos primeiros socorros é “eu só posso ajudar alguém num acidente se eu estiver bem, em condições, se a minha segurança estiver em elevado nível” como é que eu vou fazer um atendimento a tentativa de suicídio pra alguém numa urgência e emergência se eu não estiver bem, fisicamente e mentalmente e psicologicamente, tá? Então é um ponto muito forte pro CATS ao nosso ver, tão forte que se transformou num curso independente, mas não deixou de ter sua disciplina lá no CATS, na ementa do CATS.

LB: Entendi.

Entrevistado: Outra informação importante: o último suicídio no CBMCE foi em setembro de 2017 e início do CATS foi em 18 de dezembro de 2017.

LB: Ah, eu ia lhe perguntar isso também... Lembro que você tinha comentado isso comigo anteriormente quando tive o primeiro interesse no curso, aí queria saber se ainda estava zerado. Fico muito feliz com isso, isso é muito importante e bom de ouvir.

Entrevistado: Está sim, aleluia!

LB: As perguntas estão já terminando, vou mandar aqui uma das últimas: Você acredita ser viável alguma parceria com outras políticas públicas? Porque por exemplo, ao olhar o Plano Municipal de Promoção da Saúde, Prevenção e Posvenção do Suicídio de Fortaleza, eu não vejo nenhuma menção aos policiais ou outros agentes, e acho que isso poderia mudar caso a prefeitura realizasse algo como uma parceria. Eu estava olhando esse plano municipal de Fortaleza e senti falta de um enfoque nos públicos específicos.

Entrevistado: Eu tenho convicção que é viável e também super necessário, que tem que haver sempre parcerias e trabalhos de mãos dadas. Prevenção de suicídio é responsabilidade de todos, e todos precisam estar trabalhando para o enfrentamento do suicídio ao meu ver.

LB: Você possui alguma base de indicadores do curso? Como por exemplo o número de participantes total, ou uma média por turma, um relatório de feedback dos participantes, índices de aprovação/reprovação... se puder divulgar, claro.

Entrevistado: 32 alunos em média. 99% de aprovação, 100% de êxito até hoje dos ex alunos que atuaram em emergências, todos salvaram as vítimas e zero suicídios. Nenhum ex aluno dos 21 cursos se matou. Apenas 1 ex aluno tentou o suicídio mas procurou e me relatou que os ensinamentos do curso salvaram a vida dele, pois ele entregou a arma para a esposa e foi pra casa da mãe, pois morava em prédio e podia se jogar.

LB: Isso é algo muito bom. Muito obrigada também por tirar um tempinho seu para me ajudar aqui, viu!

**ANEXO A – TABELA COMPLETA: SUICÍDIO DE POLICIAIS MILITARES E CIVIS EM ATIVIDADE POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO NOS ANOS 2017 E 2018, SEGUNDO O ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2019 DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Brasil e Unidades da Federação	Suicídio de policiais em atividade								
	Polícia Militar		Polícia Civil				PM e PC		
	Nºs Absolutos		Nºs Absolutos		Nºs Absolutos		Taxa (por 1.000 policiais)	Variação (em %)	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
Brasil	53	82	21	24	74	106	0,1	0,2	43,20%
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alagoas	-	4	-	2	-	6	-	0,7	...
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	2	1	-	-	2	1	0,2	0,1	-50,00%
Bahia	-	3	2	1	2	4	0,1	0,1	100,00%
Ceará	-	2	-	-	-	2	-	0,1	...
Distrito Federal	2	7	-	1	2	8	0,1	0,4	300,00%
Espírito Santo	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Goiás	2	2	1	1	3	3	0,2	0,2	-
Maranhão	1	3	-	-	1	3	0,1	0,3	200,00%
Mato Grosso	1	2	-	-	1	2	0,1	0,2	100,00%
Mato Grosso do Sul	2	3	-	-	2	3	0,3	0,4	50,00%
Minas Gerais	9	10	1	4	10	14	0,2	0,3	40,00%
Pará	1	3	1	-	2	3	0,1	0,2	50,00%
Paraíba	-	-	1	1	1	1	0,1	0,1	-
Paraná	6	8	2	3	8	11	0,3	0,4	37,50%
Pernambuco	1	2	-	-	1	2	0	0,1	100,00%
Piauí	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Rio de Janeiro	5	3	3	-	8	3	0,1	0,1	-62,50%
Rio Grande do Norte	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Rio Grande do Sul	3	6	-	1	3	7	0,1	0,3	133,30%
Rondônia	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Roraima	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Santa Catarina	2	3	-	-	2	3	0,1	0,2	50,00%
São Paulo	16	20	10	10	26	30	0,2	0,3	15,40%
Sergipe	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Tocantins	...	...	...	...	...	...	...	...	...

(-) Fenômeno inexistente

(...) Informação não disponível

Fonte: Fundo Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados fornecidos por Secretarias de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social, Polícias Civis e Instituto de Segurança Pública/RJ, 2019.

**ANEXO B – TABELA COMPLETA: SUICÍDIO DE POLICIAIS MILITARES E CIVIS EM ATIVIDADE POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO NOS ANOS 2018 E 2019, SEGUNDO O ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2020 DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Brasil e Unidades da Federação	Suicídio de policiais em atividade								
	Polícia Militar		Polícia Civil				PM e PC		
	N <sup>o</sup> s Absolutos		N <sup>o</sup> s Absolutos		N <sup>o</sup> s Absolutos		Taxa (por 1.000 policiais)		Varição (em %)
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	
Brasil	67	65	26	26	93	91	0,2	0,2	-2,50%
Acre	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Alagoas	...	...	0	0	...	...	...	...	...
Amapá	0	0	1	0	1	0	0,2	0	-100,00%
Amazonas	1	1	0	0	1	1	0,1	0,1	4,40%
Bahia	3	6	1	0	4	6	0,1	0,2	52,70%
Ceará	2	7	0	4	2	11	0,1	0,5	446,90%
Distrito Federal	7	2	1	1	8	4	0,5	0,3	-49,60%
Espírito Santo	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Goiás	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Maranhão	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Mato Grosso	0	1	0	1	0	2	0	0,2	...
Mato Grosso do Sul	3	5	0	0	3	5	0,5	0,7	58,30%
Minas Gerais	0	0	4	2	4	2	0,1	0	-49,50%
Pará	3	1	1	0	4	1	0,2	0,1	-73,50%
Paraíba	3	0	1	1	4	1	0,4	0,1	75,50%
Paraná	8	6	3	2	11	8	0,5	0,3	-24,20%
Pernambuco	6	3	...	...	6	3	0,2	0,1	46,00%
Piauí	...	3	...	0	...	3	...	0,4	...
Rio de Janeiro	3	4	0	2	3	6	0,1	0,1	100,50%
Rio Grande do Norte	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Rio Grande do Sul	6	4	1	1	7	5	0,3	0,2	-23,70%
Rondônia	0	0	...	...	0	0	0	0	-
Roraima	...	...	...	1	...	1	...	...	...
Santa Catarina	2	2	0	0	2	2	0,1	0,2	4,00%
São Paulo	20	18	12	10	32	28	0,3	0,2	13,30%
Sergipe	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Tocantins	0	2	1	0	1	2	0,2	0,4	102,80%

(-) Fenômeno inexistente

(...) Informação não disponível

Fonte: Fundo Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados fornecidos por Secretarias de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social, Polícias Civis e Instituto de Segurança Pública/RJ, 2020.

**ANEXO C – TABELA COMPLETA: SUICÍDIO DE POLICIAIS MILITARES E CIVIS EM ATIVIDADE POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO NOS ANOS 2019 E 2020, SEGUNDO O ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2021 DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Brasil e Unidades da Federação	Suicídio de policiais em atividade								
	Polícia Militar		Polícia Civil		PM e PC				
	Nºs Absolutos		Nºs Absolutos		Nºs Absolutos		Taxa (por 1.000 policiais)	Variação (em %)	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	
Brasil	69	40	13	10	82	50	0,2	0,1	15,60%
Acre	1	-	-	-	1	-	0,3	0	-100,00%
Alagoas	2	1	-	-	2	1	0,2	0,1	-50,00%
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	...
Amazonas	1	...	...	...	1	...	0,1	...	...
Bahia	6	6	-	-	6	6	0,2	0,2	0,00%
Ceará	7	...	-	1	7	1	0,3	0	-85,70%
Distrito Federal	-	3	2	-	2	3	0,1	0,2	50,00%
Espírito Santo	-	1	-	1	-	2	0	0,2	50,00%
Goiás	3	...	-	1	3	1	0,2	0,1	-66,70%
Maranhão	...	...	-	-	-	-	-	-	...
Mato Grosso	1	1	1	-	2	1	0,2	0,1	-50,00%
Mato Grosso do Sul	5	1	-	-	5	1	0,7	0,1	-80,00%
Minas Gerais	...	...	2	2	2	2	-	-	...
Pará	1	-	-	-	1	-	0,1	0	-100,00%
Paraíba	-	-	1	-	1	-	0,1	0	-100,00%
Paraná	6	7	2	1	8	8	0,3	0,3	0,00%
Pernambuco	1	2	1	2	2	4	0,1	0,2	100,00%
Piauí	4	-	-	-	4	-	0,6	0	-100,00%
Rio de Janeiro	4	7	2	-	6	7	0,1	0,1	16,70%
Rio Grande do Norte	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Rio Grande do Sul	5	3	1	1	6	4	0,3	0,2	-33,30%
Rondônia	-	4	...	...	-	4	0	0,5	...
Roraima	...	...	1	...	1	...	0,4	...	...
Santa Catarina	2	3	-	1	2	4	0,2	0,3	100,00%
São Paulo	18	...	...	...	18	...	0,2	0	-100,00%
Sergipe	-	-	-	-	-	-	-	-	...
Tocantins	2	1	-	-	2	1	0,4	0,2	-50,00%

(-) Fenômeno inexistente

(...) Informação não disponível

Fonte: Fundo Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados fornecidos por Secretarias de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícias Civis e Polícias Militares, 2020.

**ANEXO D – TABELA COMPLETA: DISTRIBUIÇÃO DAS NOTIFICAÇÕES DE SUICÍDIOS, TENTATIVAS DE SUICÍDIOS, HOMICÍDIO SEGUIDO DE SUICÍDIO E MORTES COM SUSPEITA DE SUICÍDIO ENTRE PROFISSIONAIS DA POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, POLÍCIA FEDERAL E POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM 2018 POR UNIDADE FEDERATIVA, SEGUNDO BOLETIM DE 2019 DO GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM SUICÍDIO E PREVENÇÃO**

Brasil e Unidades da Federação	Suicídio consumado	Tentativa de suicídio	Homicídio seguido de suicídio	Morte por causa indeterminada (suspeita)	Total por UF
São Paulo	11	3	4	1	19
Rio de Janeiro	4	9	...	2	15
Ceará	9	...	...	...	9
Distrito Federal	5	...	1	2	8
Minas Gerais	5	...	2	...	7
Bahia	3	1	...	1	5
Paraíba	4	...	...	...	4
Alagoas	4	...	...	...	4
Paraná	2	...	1	...	3
Rio Grande do Norte	1	1	...	...	2
Pará	1	...	...	...	1
Mato Grosso	1	...	...	...	1
Mato Grosso do Sul	1	...	...	1	2
Goiás	1	...	1	...	2
Amazonas	1	...	...	...	1
Santa Catarina	...	...	1	...	1
Pernambuco	...	...	2	...	2
Maranhão	...	...	1	...	1
Amapá	...	...	1	...	1
BRASIL	53	14	14	7	88

(...) Informação não disponível

Fonte: MIRANDA et al., 2019.

**ANEXO E – TABELA COMPLETA: OCORRÊNCIAS DE SUICÍDIO CONSUMADO E DE HOMICÍDIO SEGUIDO DE SUICÍDIO EM 2019 POR UNIDADE FEDERATIVA, SEGUNDO INSTITUTO DE PESQUISA, PREVENÇÃO E ESTUDOS EM SUICÍDIO**

UF	Suicídio consumado	Homicídio seguido de suicídio	Total
Acre	1	...	1
Alagoas	3	...	3
Amazonas	...	...	...
Amapá	1	...	1
Bahia	6	1	7
Ceará	7	1	8
Distrito Federal	1	1	2
Espírito Santo	1	...	1
Goiás	3	...	3
Maranhão	2	...	2
Mato Grosso	4	...	4
Mato Grosso do Sul	1	...	1
Minas Gerais			
Pará	0	...	0
Paraíba	1	...	1
Pernambuco	1	...	1
Piauí	3	...	3
Paraná	...	2	2
Rio de Janeiro	13	...	13
Rio Grande do Norte	...	...	...
Rondônia	2	1	3
Roraima	...	...	...
Rio Grande do Sul	3	1	4
Sergipe	...	1	1
Santa Catarina	1	...	1
São Paulo	15	8	23
Tocantins	3	...	3
BRASIL	82	16	98

(...) Nenhuma informação disponível

Fonte: MIRANDA, et al., 2020.

**ANEXO F – TAXA DE SUICÍDIO A CADA 10.000 POLICIAIS MILITARES EM ATIVA POR UNIDADE FEDERATIVA DURANTE O PERÍODO DE 2018 A 2020 EM TODOS OS ESTADOS, SEGUNDO LEVANTAMENTO DO INSTITUTO DE PESQUISA, PREVENÇÃO E ESTUDOS EM SUICÍDIO**

Unidade Federativa	2018	2019	2020	Média 2018-2020
Alagoas	5,7	2,8	2,8	3,77
Bahia	0,9	1,6	2,6	1,70
Ceará	1,6	3,1	2,6	2,43
Maranhão	0,9	0,9	1,8	1,20
Minas Gerais	0,8	1,5	0,5	0,93
Pernambuco	0,5	0,6	1,1	0,73
Rio de Janeiro	0,5	0,7	1,9	1,03
São Paulo	1,4	1,1	0,5	1,00
Distrito Federal	3,7	-	1,9	...
Espírito Santo	-	1,2	2,4	...
Goiás	0,7	0,8	-	...
Mato Grosso	-	1,4	1,4	...
Mato Grosso do Sul	4,2	2,1	-	...
Rio Grande do Sul	-	1,3	0,6	...
Amazonas	1,2	-	-	...
Amapá	-	-	2,8	...
Pará	0,6	-	-	...
Paraíba	1,1	-	-	...
Piauí	-	3,5	-	...
Paraná	-	-	1	...
Rondônia	-	-	1,9	...
Santa Catarina	1	-	-	...
Tocantins	-	5,6	-	...
Acre	-	-	-	...
Rio Grande do Norte	-	-	-	...
Roraima	-	-	-	...
Sergipe	-	-	-	...

(-) Notificações inexistentes

(...) Média incalculável devido à ausência de dados

Fonte: Elaborada pela autora com base em CRUZ et al., 2021.